

Roberto Eduardo Santos Souza

AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO
JOÃO PINHEIRO: REGISTROS DA TRAJETÓRIA E REFLEXÕES SOBRE O
MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Belo Horizonte
2017

Roberto Eduardo Santos Souza

AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO
JOÃO PINHEIRO: REGISTROS DA TRAJETÓRIA E REFLEXÕES SOBRE O
MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Monografia apresentada à Pós-Graduação de
Administração Pública da Escola de Governo
Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação
João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Administração Pública.

Orientador: Prof. Me. Marcos Arcanjo Assis

Belo Horizonte
2017

S729c Souza, Roberto Eduardo Santos

Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro / Roberto Eduardo Santos Souza. – Belo Horizonte, 2017. 66 fl.

Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Orientador: Prof. Me. Marcos Arcanjo Assis.

1. Extensão universitária. 2. Extensão universitária – Avaliação. 3. Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária (FORPROEX). I. Assis, Marcos Arcanjo. II. Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. III. Título.

CDD 378.1554
CDU 378.4

Roberto Eduardo Santos Souza

AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO
JOÃO PINHEIRO: REGISTROS DA TRAJETÓRIA E REFLEXÕES SOBRE O
MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública.

Prof. Me. Marcos Arcanjo Assis (Orientador) – Fundação João Pinheiro

Prof. Dra. Carla Bronzo Ladeira (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte
2017

*A minha mãe e esposa,
Dulce Santos e Bernadete Silva,
por serem as maiores referências da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir vencer mais esta etapa na minha vida.

Agradeço a minha mãe, Dulce, por minha formação, pela dedicação e apoio incondicional.

À Bernadete, minha esposa, especialmente, por estar ao meu lado em todos os momentos bons e ruins.

À minha tia Terezinha pela ajuda e presença decisiva na minha vida. (in memoriam).

Aos professores Carla Bronzo, Jaime Queiroz e Mauro Silveira, e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, pela amizade, atenção, pelos ensinamentos e pela orientação.

Agradeço ao meu orientador Marcos Arcanjo, pois esse trabalho só foi possível com sua paciência, parceria, dedicação e suporte.

Agradeço à família, amigos do trabalho e outros profissionais da Escola de Governo que indiretamente contribuíram para a conclusão desta monografia.

Aos colegas do curso de especialização, agradeço pela convivência, e por termos construído ao longo desses 12 meses verdadeira amizade.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

A extensão universitária ao longo dos últimos anos vem passando por um processo de afirmação dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) e particularmente na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. O conceito de extensão é polissêmico e aqui considero a extensão como função acadêmica privilegiada para aproximar estudantes da realidade social e econômica com sua complexidade, contradições e desafios, favorecer a troca de conhecimentos entre estudantes e a sociedade e contribuição importante para a formação acadêmica e cidadã dos alunos. Deste contato alunos e sociedade são mutuamente beneficiados. Atualmente o MEC e as IES orientam suas atividades de extensão pelas diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX). Sendo assim, esta monografia objetiva apresentar registros sobre a trajetória da extensão na EG e propor reflexões para o desenho de uma sistemática de monitoramento e avaliação das atividades de extensão oferecidas pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, de observação direta e de entrevistas com servidores que atuam na Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da escola e alunos que coordenaram projetos de extensão, percebeu-se que a avaliação ainda não está estruturada adequadamente e é oportuno pelo momento atual da Extensão na EG de debates sobre instrumentos teóricos e metodológicos para sua efetivação. A trajetória da extensão na EG mostra que as iniciativas isoladas iniciadas pelo esforço de alunos e professores nos anos 2000 contribuíram para a recente expansão dessas atividades na EG. Já os caminhos aqui propostos apontam para o desenho de uma sistemática que considera os seguintes passos: padronização da redação dos projetos, concepção da pesquisa de avaliação de cada projeto (com foco em processos, resultados), realização da avaliação (preferencialmente interna), sistematização dos dados e dos resultados da pesquisa de avaliação (através de sistema informatizado) e socialização de resultados (por meio de eventos semestrais e relatórios gerenciais por projeto). O trabalho propõe ainda cinco caminhos para fortalecer a extensão na EG: seguir as diretrizes do FORPROEX, criar uma comissão ou colegiado de extensão, participar de eventos institucionais de extensão universitária, valorizar a participação de professores nos projetos de extensão através da avaliação institucional e adoção de sistema informatizado de registro de dados dos projetos de extensão.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Avaliação. Monitoramento. FORPROEX.

ABSTRACT

Over the last years the university extension has developed a process of affirmation within the Institutions of Higher Education (HEI) and particularly in the School of Government of Fundação João Pinheiro. The concept of extension is polysemic and this study is considering university extension as an academic function that brings students closer to the social and economic reality with their complexity, contradictions and challenges, to promote the exchange of knowledge between students and society, and an important contribution to the academic and citizenship of this students. From this contact students and society are mutually benefited. Currently the Ministry of Education and Culture (MEC) and the HEI adopt the concept divulged by the Forum of Pro Rectors of Extension University (FORPROEX). Therefore, this study aims to present records about the trajectory of the university extension in the EG and propose reflections for the design of a systematic of monitoring and evaluation of the extension activities offered by the School of Government of the João Pinheiro Foundation.

The research methodology was bibliographic and desk research, direct observation and interviews with works from University Extension and Institutional Relations Department (GERI) and students who coordinated extension projects. It was noticed that the evaluation is not yet adequately structured and It is opportune for the current moment of the Extension in EG of debates on theoretical and methodological instruments for its realization. The trajectory of extension in EG shows that the isolated initiatives started by the effort of students and teachers in the years 2000 contributed to the recent expansion of these activities in EG. On the other hand, the paths proposed here point to the design of a systematic that considers the following steps: standardization of the wording of projects; design of the evaluation research of each project (focusing on processes, results); evaluation (preferably internal); systematization of evaluation data and results (via electronic system); share results (through half-yearly events and management reports). The study also proposes five ways to strengthen the extension in the School of Government: follow FORPROEX guidelines, create a commission or collegiate extension, attend institutional events of university extension, enhance the participation of teachers in extension projects through institutional evaluation and start to use computerized data logging system for extension projects.

Keywords: University Extension. Evaluation. Monitoring. FORPROEX.

LISTA DE SIGLAS

CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

DA – Diretório Acadêmico

EG – Escola de Governo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPPGG – Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental

FJP – Fundação João Pinheiro

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior

GERI – Gerência de Extensão e Relações Institucionais

GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

LDB – Lei de Diretrizes Básicas

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Metodologia	12
2	ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO SUPERIOR	14
2.1	O que é a extensão universitária	14
2.2	O desenvolvimento do conceito de extensão universitária no Brasil	16
2.2.1	Movimentos estudantis e extensão universitária	17
2.2.2	A extensão universitária sob a ótica do governo	19
2.2.3	A extensão universitária e as Instituições de Ensino Superior (IES)	22
3	NOTAS SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	26
3.1	Conceito de monitoramento e avaliação	26
3.2	Tipos de avaliação	29
3.3	Desenho da pesquisa avaliatória	30
3.4	Diretrizes nacionais para M&A de projetos de extensão	31
4	A EXTENSÃO NA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: TRAJETÓRIA E PROJETOS	33
4.1	A Escola de Governo da Fundação João Pinheiro	33
4.2	Registros sobre o histórico da Extensão Universitária na Escola de Governo	35
4.3	Quatro projetos de extensão da Escola de Governo	40
4.3.1	Projeto de extensão Fica Ativo Repensar	41
4.3.2	Projeto de extensão Fica Ativo! Cidadania	42
4.3.3	Projeto de extensão Juventude Cidadã	43
4.3.4	Projeto de extensão 10Envolver	44
5	CAMINHOS PARA O DESENHO DE UMA SISTEMÁTICA DE M&A DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA ESCOLA DE GOVERNO	46
5.1	O M&A dos projetos de extensão da Escola de Governo atualmente: o que é feito?	46
5.2	Passos para o desenho de uma sistemática de M&A dos projetos de extensão da Escola de Governo	48
5.3	Caminhos para fortalecer o monitoramento e avaliação de projetos de extensão da Escola de Governo	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS GESTOR E TÉCNICO	60
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS GESTOR E TÉCNICO	61

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) temos o reconhecimento oficial da importância da contribuição da extensão universitária na formação acadêmica do aluno brasileiro. No seu artigo 207, a Constituição dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, ou seja, o Ensino, Pesquisa e Extensão constituem os pilares básicos da Universidade.

No tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão, o último apresenta diferentes níveis de consolidação e institucionalização dentro das universidades, muito em função da complexidade representada pela interdisciplinaridade, poder transformador da realidade, envolvimento de diferentes atores sociais e impactos políticos sociais. Nesse contexto, a extensão universitária ao longo das últimas décadas vem ganhando espaço e importância nas instituições de ensino superior tanto no âmbito governamental quanto no âmbito acadêmico.

Na esfera governamental, existem diversos marcos importantes que contribuíram para a consolidação da extensão como função acadêmica tão importante quanto o ensino e a pesquisa. Pode-se citar: o decreto lei de 11 de abril de 1931 do Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931); a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) conhecida como a Lei de Diretrizes Básicas (LDB); o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), para o decênio 2001-2010, Lei 10.172, aprovado em 2001; o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e a própria Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) citada no 1º parágrafo. O PROEXT vem de encontro ao reconhecimento do papel social da universidade deve ter, potencial de aprendizado para alunos e professores e de contribuição para a formação cidadã, além de incentivar a adoção pelas universidades públicas de projetos de extensão mais alinhados com o conceito divulgado pelo FORPROEX.

No I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, definiu-se um conceito para a extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do

conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. . (FORPROEX, 1987, p. 11.)

Esse é o conceito de extensão adotado por este trabalho.

O Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX) tem como objetivo principal a articulação e definição de políticas extensionistas, estratégias para a sua institucionalização e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação. O FORPROEX adquire um papel fundamental, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC), no processo de consolidação e institucionalização da extensão universitária dentro das universidades. Também temos contribuições neste processo iniciativas individuais de importantes universidades públicas.

Ao longo dos encontros do FORPROEX procurou-se construir estratégias e caminhos que a extensão deve seguir consubstanciados no documento Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). Nesse documento é reservado um capítulo sobre a avaliação da extensão universitária com orientações para implantação de um sistema nacional de monitoramento e avaliação.

A importância do monitoramento e avaliação é expresso no seguinte trecho do documento da política nacional de extensão: "(...)esta Política convida todos os envolvidos com a Extensão Universitária a empreenderem os esforços necessários ao aprimoramento e consolidação do sistema nacional de monitoramento e avaliação da Extensão Universitária". (FORPROEX, 2012, p. 12).

A Escola de Governo (EG) da Fundação João Pinheiro (FJP), instituição pública estadual de ensino superior vem envidando esforços na institucionalização da extensão universitária. Entre as iniciativas, destacam-se a inclusão das atividades de extensão no seu plano pedagógico, crescimento quantitativo e diversificação das atividades oferecidas aos alunos graduandos, orçamento próprio e a discussão de um documento de normatização da extensão.

Este trabalho tem como o objeto as ações de extensão universitária da Escola de Governo. O objetivo é apresentar registros sobre a trajetória da extensão na instituição e refletir sobre caminhos para o desenho de uma sistemática de monitoramento e avaliação para os projetos de extensão. Para isso, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) revisar a discussão teórica e conceitual da extensão universitária no Brasil;
- b) revisar os conceitos e tipos de avaliação de projetos;
- c) sistematizar registros sobre o histórico das ações extensionistas na EG e sobre a organização e o funcionamento da Gerência de Extensão e Relações Institucionais;
- d) apresentar a experiência recente da extensão universitária na EG;
- e) identificar caminhos para o fortalecimento do monitoramento e da avaliação dos projetos de extensão da EG.

Este trabalho traz à luz o invisível tema da extensão universitária na produção acadêmica dos alunos da Escola de Governo, além de fornecer insumos para o aprimoramento, melhor planejamento, alcance de objetivos e efetividade dos projetos de extensão, possibilitando a manutenção e construção dos mesmos aderentes às demandas da sociedade e dos alunos e em atendimento às diretrizes da Política Nacional de Extensão. Por isso, acredita-se que a pesquisa é de relevância fundamental para a EG e para a Fundação João Pinheiro e espera-se que ela seja a primeira de outras reflexões sobre os projetos de extensão da instituição.

1.1 Metodologia

O trabalho de pesquisa tem como objetivo encontrar respostas a problemas identificados. Segundo Eco (2004), um trabalho de pesquisa pode ser dito científico quando obedece aos seguintes requisitos: focar um objeto (físico ou não) definido e reconhecível pelas outras pessoas que não o autor; ser original quanto ao que se diz sobre o objeto, ou dizer algo já conhecido, porém sob uma perspectiva diferente; ser útil, de alguma forma, à humanidade e apresentar elementos que permitam a contestação ou a verificação de hipóteses, estimulando a continuação da pesquisa. Santos (2004, p. 61) afirma que “o trabalho de pesquisa visando a construção do conhecimento desenvolve-se por etapas, que se constituem num método, num caminho do processo (...) que requer boas doses de trabalho intelectual e braçal”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória, pois, segundo Severino (2007, p.123) “busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Esta pesquisa também se enquadra na modalidade de monografia, pois trata-se, segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 237) “de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia”.

Para o desenvolvimento dela foram utilizados os seguintes procedimentos: a) revisão bibliográfica a respeito do tema em estudo; b) análise documental, c) observação direta e d) entrevista semiestruturada.

Como confirma Severino (2007, p. 122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. O procedimento bibliográfico se enquadra no presente estudo, pois se utilizam de livros, tese, dissertação e monografia de graduação.

Beuren e Raupp (2004, p.87) ainda esclarecem que:

O estudante, na elaboração do trabalho monográfico, sempre se valerá desse tipo de pesquisa, notadamente por ter que reservar um capítulo do

trabalho para reunir a teoria condizente com seu estudo, normalmente chamado de revisão de literatura ou fundamentação teórica.

A pesquisa documental, segundo Beuren e Raupp (2004, p. 89), “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Neste trabalho serão revisados documentos institucionais, jurídicos e registros administrativos afetos à temática da extensão na escola de governo.

A pesquisa bibliográfica e a documental são parecidas, mas não possuem a mesma fonte. A respeito da pesquisa documental Severino (2007, p. 122) acrescenta que:

Tem-se como fonte documento no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nesses casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Já método da observação direta refere-se a técnica que, a partir de uma observação espontânea, são extraídas conclusões utilizando o mínimo de controle na obtenção dos dados observados (CUNHA, 1982, p.13). No caso dessa monografia, a observação se deu em virtude de o autor ser técnico da Gerência de Extensão e Relações Institucionais da EG, isto é, por estar no cotidiano de execução dos projetos.

Por fim, a entrevista é uma técnica de pesquisa com pessoas cuja característica é o diálogo direto entre entrevistador e entrevistado. Entrevistas podem ser realizadas pessoalmente, por telefone, por videoconferências ou pela web e a opção aqui adotada é a entrevista pessoal (GOODE; HATT, 1979). Foram realizadas 6 entrevistas no total, com gestor, ex-gestor e técnico da GERI e três alunos coordenadores discentes de projetos de extensão. As entrevistas trataram sobre a história da extensão na EG, sobre a atual sistemática de elaboração, monitoramento e avaliação das ações extensionistas e sobre a percepção dos atores das possibilidades de aperfeiçoamento desses processos. De modo a garantir o sigilo do nome dos entrevistados, eles serão identificados com letras (de A à E).

A monografia se divide em quatro capítulos, além desta introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, há uma abordagem histórico-conceitual da extensão universitária no ensino superior. No segundo, é discutido o monitoramento e avaliação de projetos. No terceiro apresenta-se o histórico da extensão na EG, além de alguns projetos vigentes. No quinto capítulo são expostas reflexões para a implantação de uma sistemática de M&A para os projetos.

2 ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo tem como objetivo descrever o contexto da origem da extensão universitária, sua trajetória de desenvolvimento, pluralidade de conceitos e qual o seu papel na formação acadêmica dos alunos no mundo contemporâneo, com destaque para a relação estudante extensionista e universidade no Brasil.

2.1 O que é a extensão universitária

Quando falamos em atividades de extensão e a sua origem temos que falar sobre as universidades europeias e os impactos que estas sofreram com as mudanças na estrutura social econômica da sociedade.

A extensão é o caminho ímpar para a troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade. É através da extensão que a universidade consegue operacionalizar de modo mais efetivo a sua função social.

Na Europa, do período medieval, a universidade estava restrita à função do ensino, mas com o avanço da revolução industrial ela se transforma para atender a esta nova realidade, quando floresce, então, as condições para o surgimento da universidade moderna.

[...] uma nova concepção de educação, surgindo no século XIX, leva as universidades a se preocuparem com a prestação de serviços que deveriam oferecer as comunidades. Esta nova concepção apresentava a necessidade de uma educação continuada, que não terminasse na infância, mas seguisse por toda a vida. Foi neste contexto que surgiu a extensão como atividade da universidade. (SOUSA, 2010, p.14)

Na Inglaterra a universidade viu-se obrigada a responder às demandas sociais e diversificar suas atividades, não ficando limitada à função única de formação das elites, mas assumindo também a preparação técnica que o novo modo de produção exigia. Pode-se reconhecer, neste ponto, o surgimento incipiente da extensão, em uma forma já institucionalizada (SOUSA, 2010).

Segundo Mirra (2009, p. 77, apud PAULA, 2013, p. 2):

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro

manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire.

A extensão ao longo da história adquire novos significados e é práxis singular para fomentar a troca de conhecimentos e experiências entre discentes e a comunidade.

A Universidade sai das suas instalações formais ou do seu campus para ir ao encontro de seu meio circulante, amplia sua área de penetração, aumenta sua clientela, envolvendo a comunidade com seus organismos e suas populações. Ela realiza como que um movimento de ida e de volta. Através dessa interação, dá e recebe. Leva ou estende suas atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas, oferecendo-as a essa nova clientela e traz, em retorno, subsídios, informações, dados novos e novas motivações ou projetos que irão alimentar seu programa de pesquisa e renovar, dinamizar, revitalizar e enriquecer o conteúdo do seu ensino. (TOALDO, 1977, p. 74).

Sieutjes (1999, p. 109) esclarece que: a extensão universitária seria a atividade que, vinculada ao ensino e à pesquisa, disseminaria os conhecimentos gerados pela universidade, repassando-os à sociedade. Evidentemente, os conhecimentos ou técnicas a serem disseminados precisam representar uma diferença significativa na vida das pessoas ou de parte da sociedade para que haja interesse genuíno em sua transferência.

As atividades de extensão adquirem ao longo do tempo sua personalidade própria tendo como sombra as transformações, mesmo que lentas, da sociedade e de influência de grupos sociais organizados.

Segundo Silva (1997 apud NUNES; SILVA, 2011, p. 6):

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar à comunidade os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos produzidos pela pesquisa e normalmente divulgados com o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários.

A extensão assume um papel preponderante na relação entre universidade e comunidade, em função de não existir um formato único, padronizado e imutável de atendimento as diferentes demandas da sociedade. Oferece condições para colocar alunos frente a múltiplas realidades e a oportunidade de troca de experiências e vivências profícuas, tanto para a comunidade quanto para os alunos, possibilitando assim, avanço no entendimento do conceito de cidadania ampla e pensamento crítico para ambos.

As ações de extensão tem potencial para ajudar na conscientização de estudantes, professores e técnico-administrativos sobre a complexidade dos problemas sociais e a dificuldade de planejamento e execução de políticas públicas.

Teixeira e Muller (2014, p. 4) escrevem que a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela inclusive melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das

políticas públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e avaliá-las.

Esta importância da extensão é explícita na Política Nacional de Extensão divulgada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 2012: Trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança. É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País (FORPROEX, 2012, p. 10)

2.2 O desenvolvimento do conceito de extensão universitária no Brasil

Quando se pensa em extensão universitária, conceito e desenvolvimento ao longo da sua história no Brasil, seria inadequado adotar uma perspectiva única e aceitar um conceito fechado não passível de mudanças e adaptações ao longo do tempo, pois a extensão é por natureza polissêmica. Nesta seção, o desenvolvimento e conceito de extensão serão elucidados através de três perspectivas ou óticas diferentes, ou seja, a ótica do Movimento Estudantil, a ótica do Governo e a ótica das Instituições de Ensino Superior.

No Brasil têm-se informações que as primeiras iniciativas de extensão universitária aconteceram entre os anos de 1911 a 1920, através de cursos e conferências realizados na Universidade de São Paulo e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

A Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, fundada por inspiração do movimento positivista, ministrou, no período de dezembro de 1914 a junho de 1917, cursos de curta duração para as classes populares, constituindo-se assim, a primeira experiência de extensão universitária realizada por uma instituição de ensino superior. (GURGEL, 1986, p. 31)

No começo era oferecido conferências e semanas abertas ao público, onde eram desenvolvidos vários temas ligados a questões sociais bem como políticas da época, porém as discussões não abrangiam os problemas econômicos da comunidade (CARBONARI, 2007).

2.2.1 Movimentos estudantis e extensão universitária

O movimento estudantil brasileiro teve uma contribuição importante e fundamental não só na democratização da universidade, como na consolidação da extensão como uma função da universidade tão relevante quanto o ensino e a pesquisa.

Souza (2010, p. 23) afirma: que resgatar a extensão universitária dentro do Movimento Estudantil é perseguir sua gênese. Todo o movimento da universidade, afirmador do seu papel social, tem estado ligado de alguma forma ao corpo discente, tendo-o na maioria das vezes como elemento gerador. Não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao Movimento Estudantil.

O Movimento Estudantil organizado com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em agosto de 1937. A UNE foi a primeira entidade com a proposta de organizar os estudantes nacionalmente e foi caracterizada pelo envolvimento social e político. “A UNE, como forma de organização corporativa dos estudantes universitários, foi criada para satisfazer a necessidade de apoio ao Estado Novo buscava e também como resposta à necessidade de estruturação funcional do Movimento Estudantil” (SOUSA, 2010, p. 29).

No II Congresso Nacional de Estudantes organizado pela UNE (1938), tem-se a elaboração de um plano de sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira com a defesa de uma universidade voltada para o desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, difusão cultural e assistência integral aos alunos. Este plano foi influenciado pelo Manifesto de Córdoba¹ redigido por estudantes argentinos, em 1918, com o objetivo de defender a democratização, maior autonomia e reorganização acadêmica da universidade (SOUSA, 2010).

Gurgel (1986, p. 36) afirma que: o Manifesto de Córdoba pleiteava a gratuidade do ensino; a periodicidade da cátedra; a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas; uma melhor qualificação dos docentes; um processo democrático de ingresso do estudante na universidade e uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação regional. A extensão universitária, no documento de Córdoba, é vista como meio para o fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais.

Frente a uma situação de crise no sistema educacional o governo federal estrutura o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). O projeto da Reforma Universitária de 1968 através da Lei 5.540/68 procurou apresentar “a forma da universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de

¹ Manifesto escrito pelos estudantes da Universidade de Córdoba que exigia uma reforma universitária que privilegiasse uma universidade mais democrática e aberta à realidade social.

recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (ROMANELLI, 2000, p. 222).

Na Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968), a Extensão é institucionalizada como instrumento para a melhoria das condições de vida da comunidade e ocupação dos discentes.

[...] Art. 40. As instituições de ensino superior, a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. (BRASIL, 1968).

A proposta de extensão adotada na Lei 5.540\68 foi diferente que as sugestões apresentadas no plano para uma Reforma Educacional Brasileira da UNE. Naquela, a extensão foi inserida como prestação de serviços com um vácuo de significado político (SOUSA, 2010).

Por outro lado, a UNE acreditava que a universidade deveria estar próxima da realidade social onde estava inserida e fomentar a conscientização crítica da comunidade sobre os problemas socioeconômicos vividos pelo país. A extensão poderia ser, portanto, a ponte para a universidade realizar sua função social. Destaca-se, nesta época, a participação estudantil extensionista no Serviço de Extensão Cultural, Movimentos de Cultura Popular, Centro Popular de Cultura e a UNE volante.

Após o Golpe de 1964, a UNE é colocada na clandestinidade e foca no combate ao novo regime ditatorial. O Governo Militar passa a coordenar estes movimentos e é implementado o Projeto Rondon².

Segundo Sousa (2010, p. 49): a Extensão, antes uma bandeira de luta do Movimento Estudantil, foi tomada pelos militares, institucionalizada pela força da lei da reforma do ensino, e então devolvida aos estudantes como um desafio político. No entanto, não lhes foi dada, juntamente com esta devolução, qualquer condição estrutural para se organizarem, ou mesmo para participarem nas questões das universidades.

A UNE a partir dos anos 90 tenta resgatar o papel de protagonista nos movimentos estudantis, mas não consegue e diante deste cenário surgem novas formas de organização dos estudantes, como as empresas juniores.

Sousa (2010, p. 52) esclarece que:

A extensão universitária, vista sob a ótica do movimento estudantil brasileiro, foi crescendo ao longo da história deste movimento e, mesmo antes de sua existência com entidade organizada, suas concepções se acrescentavam e avançavam no sentido de construir a extensão como

² É uma ação interministerial do Governo Federal realizada em coordenação com os Governos Estadual e Municipal que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, visa a somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania.

instrumento de envolvimento político, social e cultural da universidade com a sociedade, sempre direcionada para o desenvolvimento das classes populares no sentido de promover sua liberação.

2.2.2 A extensão universitária sob a ótica do governo

Sob a ótica do Governo, a expressão extensão aparece primeiramente quando da promulgação do Decreto-lei nº 19.851 (BRASIL, 1931), na gestão de Francisco Campos, ministro da Educação. Esse decreto-lei foi intitulado Estatuto das Universidades Brasileiras. A extensão está presente nos seus artigos 35, 42, 99 e 109. O Estatuto teve como proposta definir um modelo de organização técnica e administrativa para universidade brasileira.

A extensão é apresentada através de seus objetivos:

Art. 35 - f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extrauniversitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas (BRASIL, 1931).

Segundo Campos (2000, p. 122-123, apud Rothen, 2007, p. 16): aproximando-se da concepção norte-americana de universidade, Francisco Campos apontava para a necessidade de a universidade estabelecer laços de solidariedade com a sociedade. Neste sentido, entendia a extensão universitária como “poderoso mecanismo de contato dos institutos de ensino superior com a sociedade, utilizando em benefício desta as atividades universitárias”. Frisava a exigência de o sistema universitário estar vinculado ao desenvolvimento e adaptado ao crescimento econômico e cultural do país.

Neste estatuto não fica claro o papel da extensão como alternativa da universidade de exercer sua responsabilidade social frente aos cidadãos e de poder transformador da realidade. O papel da extensão na universidade seria, nesta perspectiva, o de oferecer cursos voltados para educação. Segundo Rothen (2007, p. 17):

Aqui, cabe ressaltar que a ideia de indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão não aparecia nos conjuntos dos documentos nem como

aspiração. Muito provavelmente pelo fato de Campos compreender que a função pragmática da universidade era a formação profissional.

Após o golpe de 1964 o Estado assume a coordenação das ações extensionistas dos estudantes nas universidades, frente à desarticulação e o ostracismo imposto à UNE pelo regime ditatorial. Os estudantes antes organizados para apoio a movimentos sociais, agora são direcionados para projetos de integração e segurança nacional, como o Projeto Rondon.

Apesar do Projeto Rondon não se vincular diretamente ao sistema educacional, abriu espaços em suas operações nacionais, regionais e especiais, que permitiram às universidades o exercício de ações extensionistas, representando, portanto, um mecanismo de apoio à extensão universitária (GURGEL, 1986, p. 120).

Destaca-se nesta época o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1975, que descrevia a operacionalização das ações extensionistas. Nesta época temos além do Projeto Rondon, o Campus Avançado, o Centro de Treinamento Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), os Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades e de Integração Escola-Empresa-Governo.

Segundo Sousa (2010, p. 74), o plano não traduz nenhum avanço em relação a uma concepção da Extensão Universitária. Ele se limita a fazer um levantamento das atividades já existentes e propor formas de coordená-las, numa tentativa de articular as diversas experiências em nível nacional, eliminando estruturas paralelas aos mecanismos de organização geral da extensão.

No plano, encontra-se uma definição de Extensão Universitária:

Um subsistema componente do Sistema Universitário, através do qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. A extensão da Universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida ou exigência de ordem estratégica (BRASIL, 1975, p. 1 *apud* GURGEL, 1986).

Segundo Sousa (2010, p. 76) a extensão universitária, neste período, vai ser tratada essencialmente como a prestação de serviços às comunidades carentes. Uma face assumidamente assistencialista. Será utilizada pelo Estado como instrumento para seu projeto político desenvolvimentista, sob a propagação da necessidade de integrar o território nacional.

A partir da década de 1980, o MEC procura atualizar a concepção de extensão do Plano de 1975 e retomar o debate sobre a sua função social nesta nova fase, através do diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse contexto surge o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

Nogueira (2000, p. 4) afirma que o FORPROEX passa “a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão para as IES públicas”. O autor ainda completa que

a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, seria a base sobre a qual se redimensionaria a ação extensionista, superando a antiga visão de transmissão de conhecimento e assistencialismo. O Fórum veio atuar no sentido de estabelecer e consolidar o caráter acadêmico da extensão como instrumento de democratização do conhecimento produzido e como meio de cumprir a função social da universidade (NOGUEIRA, 2000, p. 04).

Com a promulgação da constituição brasileira de 1988 temos mais um avanço institucional da importância da extensão na formação do aluno tanto quanto ao ensino e pesquisa. No seu artigo 207 dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” consagrada pela Constituição de 1988 não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas como uma síntese atual da história educacional brasileira que aponta diretamente para a construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que se coloca a serviço da realização de uma sociedade independente, soberana, científica, tecnológica e culturalmente voltada para os interesses concretos da população brasileira (PUCCI, 1991, p. 19).

Dentro deste contínuo de avanços da institucionalização da extensão universitária, em 1993 temos o lançamento do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) pelo governo federal.

Tinha como objetivo “financiamento da Extensão Universitária e à elaboração teórico-conceitual, especificamente a definição das diretrizes e objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação (FORPROEX, 2012).

O programa foi interrompido em 1995 e retomado em 2003 com o nome de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). O programa atual tem o objetivo de incentivar as instituições públicas de ensino superior a criarem projetos de extensão com ênfase na inclusão social que contribuam para a implementação de políticas públicas.

O programa vem ao encontro do reconhecimento do papel social da universidade, do potencial da extensão para o aprendizado de alunos e professores e de contribuição para a formação cidadã, além de incentivar a adoção pelas universidades públicas de projetos de extensão mais alinhados com o conceito divulgado pelo

FORPROEX. Outro marco institucional importante foi a Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes Básicas (LDB). O seu capítulo V dispõe que:

A Educação superior tem por finalidade: (...) VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (...) IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, 1996)

Outra contribuição do governo para a institucionalização da extensão universitária foi o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010, Lei 10.172, aprovada em 2001 que estabelece:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (meta 23). (BRASIL, 2001).

2.2.3 A extensão universitária e as Instituições de Ensino Superior (IES)

Na perspectiva das instituições superiores o foco será a partir da década de 1980, período de consolidação da redemocratização e resgate de direitos individuais, coletivos e sociais, tendo como referência o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) realizado em 1987.

O FORPROEX surgiu com a proposta de desenvolver uma política de extensão para as Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

Neste contexto:

A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão se deu em função de uma necessidade institucional. No sistema de ensino superior público do país as atividades de ensino- seja de graduação ou de pós-graduação - e a pesquisa contavam com políticas próprias, com financiadores e interlocutores institucionais, seja no MEC ou no Ministério de Ciência e Tecnologia. A extensão realizava-se de forma bastante diferenciada nas universidades, carecendo de institucionalizar-se internamente. Além disso, não contava com uma política nacional que estabelecesse diretrizes gerais para seu desenvolvimento, nem com financiamento para suas atividades, e nem mesmo com interlocutores formais no MEC (NOGUEIRA, 2000, p. 8)

O FORPROEX é um agente social reconhecido como um interlocutor determinante na construção e desenvolvimento da extensão universitária pela comunidade acadêmica, administração pública federal e outros grupos organizados da sociedade civil.

O FORPROEX é um marco importante quando discutimos o papel das atividades de extensão nas universidades públicas e a rediscussão de sua função social. A sua relevância também se deve a uma nova postura do Estado na figura do MEC de deixar o

protagonismo estatal unilateral do período ditatorial na coordenação das atividades de extensão nas universidades públicas, para uma nova proposta de diálogo com a IES para encontrar uma definição e diretrizes de extensão universitária condizente com a redemocratização vivida pelo país na década de 1980.

No I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras definiu-se a Extensão Universitária como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo **dialético de teoria/prática**, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p. 11. Destaque do autor).

Na conceituação do FORPROEX está implícita a extensão como caminho privilegiado para fomentar a interação entre universidade e a sociedade e seu papel na formação acadêmica, profissional e cidadã do aluno. No documento divulgado com as conclusões do fórum em 1987, a adoção de instrumentos administrativos e acadêmicos para o avanço da institucionalização da extensão nas universidades públicas foi considerado fundamental para sua consolidação como função acadêmica no mesmo nível do ensino e pesquisa.

Como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica. (FORPROEX, 1987, p. 12).

Ao longo da história da extensão universitária brasileira o entendimento sobre a sua função na relação universidade e comunidade sofreu transformações, alternando-se entre o assistencialismo, cursos (transmissão de conhecimento), a integração nacional e o seu compromisso social. No Fórum temos o reconhecimento e ações afirmativas desta última perspectiva.

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade (FORPROEX, 1987, p. 12).

Com a institucionalização crescente da extensão dentro das universidades e a tentativa de adotar uma visão cidadã nas suas diversas atividades, entre os anos de 1997 e 1998 temos a divulgação do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 1998), tendo como princípio básico: “a formação do profissional cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar”. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, p. 3).

A extensão no Plano Nacional de Extensão é entendida como:

prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da “Extensão”, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998,p. 3).

O plano trouxe também orientações para a institucionalização da extensão:

Por meio desse plano, busca-se o seguinte: “1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas (...); 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País” (Política Nacional de Extensão Universitária, 1998,p. 8).

No encontro de 2012 o FORPROEX reafirma o seu conceito de Extensão Universitária:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15)

O FORPROEX tem encontros anuais e no encontro realizado na cidade de Manaus, em 2012, é feita a divulgação do documento Política Nacional de Extensão Universitária, tendo como referência o Plano Nacional de Extensão de 1998.

Com a publicação da Política Nacional de Extensão torna-se público algumas diretrizes para o planejamento e execução de projetos de extensão, onde de modo resumido destaca-se:

- a) interação dialógica;
- b) interdisciplinaridade e Interprofissionalidade
- c) indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.
- d) Impacto na Formação do Estudante
- e) impacto e transformação da sociedade

O documento tem como proposta apresentar as universidades públicas uma orientação para formulação e implementação das ações de extensão a nível nacional.

Com a crescente institucionalização e reconhecimento, dentro e fora das universidades, da importância das ações de extensão universitária, principalmente a partir da promulgação da constituição de 1988, surge paralelamente discussões sobre a necessidade de se pensar no monitoramento e avaliação destas ações.

Na Política Nacional de Extensão Universitária é dedicado um capítulo sobre o monitoramento e avaliação. O capítulo 9 trata da contribuição das ações extensionistas para a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos e sua efetividade para a transformação da Universidade e da sociedade, dependem também da construção de um sistema de informações e de indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam a avaliação das ações extensionistas. (FORPROEX, 2012, p.31).

No capítulo 5 desta monografia serão discutidas as possibilidades de desenho de uma sistemática de monitoramento e avaliação das ações extensionistas da EG. Mas antes disso, é preciso situar a temática do monitoramento e avaliação de projetos.

3 NOTAS SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Este capítulo será estruturado em quatro seções, a saber: conceito de monitoramento e avaliação, seus tipos, desenho da pesquisa avaliatória e diretrizes nacionais para M&A de projetos de extensão. Um dos objetivos da monografia consiste na reflexão de caminhos para o desenho de uma sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão da escola de Governo da Fundação João Pinheiro exige uma discussão teórica sobre monitoramento e avaliação.

3.1 Conceito de monitoramento e avaliação

Segundo Cohen e Franco (1993, p. 85), projeto, programa e plano designam modalidades de intervenção social que diferem em escopo e duração. O projeto é a unidade mínima de destinação de recursos, que, por meio de um conjunto integrado de atividades, pretende transformar uma parcela da realidade, suprimindo uma carência ou alterando uma situação-problema. O conjunto de projetos que visam aos mesmos objetivos é denominado programa, que estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados. O plano, finalmente, agrega programas afins, estabelecendo um quadro de referências mais amplo para a intervenção.

Encontramos na literatura diversos conceitos e abordagens sobre monitoramento e avaliação (M&A). Esta diversidade é explicada pelas diferentes situações onde podemos aplicar o sistema de monitoramento e avaliação. Jannuzzi (2016, p. 45) diz:

A avaliação de programas tem recebido as mais diferentes definições na literatura especializada, segundo os diversos modelos conceituais, paradigmas teóricos e linhas de pesquisa a Ciência Política, Ciências Sociais, Economia e Administração Pública, tornando-se a avaliação em perspectiva mais geral, como componente integrante da análise de políticas públicas, como instrumento de sistemas de monitoramento e avaliação de programas governamentais ou, em uma concepção mais restrita, avaliação como um tipo particular de investigação empírica acerca de programas e projetos sociais, como as avaliações de impacto experimental ou quase-experimental.

Não se pretende aqui realizar uma discussão com profundidade sobre os conceitos de monitoramento e avaliação. A ênfase será na avaliação formal, sistemática, estruturada e aplicada no contexto de políticas sociais e ensino universitário.

Segundo Chianca (2001, apud Silva; Barbosa, 2013, p. 4): a avaliação sistemática ou formal nas áreas sociais é recente como área de conhecimento específico, tendo seu grande desenvolvimento nas últimas quatro décadas. Essa difusão acontece em diversos âmbitos, desde projetos de organizações não governamentais a órgãos e

instituições públicas, como as universidades e, é influenciada por diversos fatores, sejam de natureza interna ou externa.

O mesmo Chianca (2001 apud Silva; Barbosa, 2013, p. 4): diferencia a avaliação formal e a informal, sendo a formal direcionada principalmente a questões essenciais para as decisões estratégicas da ação, sendo um processo sistemático, estruturado a partir de critérios que permitam julgamento de diferentes alternativas. Enquanto que, as avaliações informais são baseadas em percepções individuais de julgar e tomar decisões, ou seja, de avaliar principalmente questões ou decisões rotineiras, caracterizando como uma função básica do comportamento humano.

Segundo o Guia para Monitoramento e Avaliação de Projetos Baseados em Comunidades (UNESCO, 2009, p. 10) o monitoramento refere-se à revisão e ao levantamento de dados em andamento, que ajudarão a determinar se os resultados esperados estão sendo atingidos. O monitoramento é, pois, um componente fundamental da avaliação. Por sua vez, avaliação diz respeito ao levantamento sistemático de informações realizado no decorrer ou ao final de um projeto com o objetivo de julgar a efetividade dos resultados esperados e auxiliar nas decisões quanto a futuras intervenções.

Boullosa e Araújo (2009 p. 112) definem: “avaliação é o conjunto de atividades, nem sempre solidamente correlacionadas, voltado para a expressão de um juízo ou síntese avaliatória, direcionado a um fim, nem sempre claro e/ou explícito, empreendido por um conjunto de agentes, nem sempre definidos ou etiquetados como avaliadores”.

A avaliação não possui só parâmetros lógicos e racionais, mas tem seu lado subjetivo, intuitivo e informal que são importantes quando avaliamos programas sociais:

A compreensão das dimensões subjetiva, intuitiva e informal da avaliação é, portanto, extremamente importante para quem deseja estudar formalmente o campo do conhecimento de avaliação e monitoramento de uma classe especial de objetos de avaliação que são os programas sociais, compreendidos como programas que buscam mudar ou transformar uma dada realidade considerada socialmente problemática. (BOULLLOSA; ARAÚJO, 2009, p. 4).

Jannuzzi (2016), que possui várias publicações sobre o assunto e experiência na gestão de programas sociais, conceitua monitoramento como um processo sistemático e contínuo para acompanhamento de projetos ou programas com o objetivo de gerar informações relevantes para correção de direção em tempo oportuno e que contribua para o alcance de metas e resultados. Para ele, avaliação tem como objetivo fornecer dados e informações relevantes para o desenho, implementação e definição da viabilidade ou não da continuidade de projeto sociais, reconhecendo a contribuição de diferentes áreas, ou seja, interdisciplinaridade, observando o alcance de resultados através da sua eficácia, eficiência e efetividade. As atividades de monitoramento e avaliação são, portanto, diferentes e, ao mesmo tempo, complementares e interdependentes. O monitoramento anda *pari passu* com

a avaliação e permite realizar intervenções pontuais e oportunas durante todo o processo através da observação e análise de dados, possibilitando a superação de problemas e a execução de adequações a mudanças de realidade (JANNUZZI, 2016).

No Brasil temos um grande avanço nas últimas décadas na discussão sobre a importância e a necessidade de utilizar um sistema de monitoramento e avaliação, principalmente nas análises de políticas públicas. Este avanço aconteceu muito em função do aumento expressivo e crescente de demandas na área social após a redemocratização do Brasil na década de 80 e a promulgação da Constituição de 1988 que gerou por parte da administração pública a necessidade de investir em sistemas de monitoramento e avaliação para aperfeiçoar o planejamento e gestão de projetos, programas ou planos oferecendo assim subsídios para a continuidade ou não dos mesmos (JANNUZZI, 2016).

Também podemos destacar como contribuições para o avanço do desenvolvimento dos sistemas de monitoramento e avaliação na administração pública brasileira a crescente complexidade dos programas sociais, maior cobrança da sociedade brasileira em relação à economicidade e efetividade dos projetos e programas através do controle social, profissionalização da administração pública através de concursos públicos de servidores mais qualificados, implantação de reformas do Estado com foco nos resultados e descentralização da ação governamental (JANNUZZI, 2016).

Segundo Jannuzi (2016), é patente o desenvolvimento da avaliação, mas podem acontecer diversos problemas, entre eles, a solicitação de estudos de resultados ou impactos antes de processos consolidados e maturidade da gestão, avaliação com caráter de controle e fiscalização em vez de aprendizagem e aperfeiçoamento.

A perspectiva de monitoramento e avaliação que se pretende adotar neste capítulo é a de Jannuzzi (2016, p. 47): “As avaliações constituem instrumentos para a aprendizagem organizacional com a finalidade de aprimorar a gestão e o atingimento dos resultados de programas sociais”.

Podemos deduzir que a adoção do monitoramento e avaliação em projetos e programas e planos contribui para uma execução e alcance de resultados com maior qualidade, melhoria na tomada de decisão, transparência, controle social, munção de ferramentas para o aperfeiçoamento contínuo de políticas públicas. Considerando tais potencialidades do monitoramento e avaliação de projetos e que os projetos de extensão são empreendimentos de intervenção na realidade, acredita-se ser fundamental refletir sobre a sistemática de Monitoramento e Avaliação para as iniciativas extensionistas da Escola de Governo, um dos objetivos desse trabalho.

3.2 Tipos de avaliação

As avaliações podem ser categorizadas com base em diferentes critérios e níveis de complexidade. Um desses critérios é o momento em que são realizadas. Neste caso, podem ser *ex-ante*, pois ocorrem antes do início do projeto ou programa para identificação dos beneficiários, definição do escopo de intervenção e como subsídio a tomada de decisão. Esta avaliação serve para determinar a viabilidade ou não de execução do projeto. Podem ser ainda, de tipo *ex-post*, realizadas durante a execução ou após a conclusão do projeto ou programa. As avaliações também podem ser formativas ou somativas. As primeiras se dedicam a identificar aspectos problemáticos da implementação do projeto e informam os gestores sobre necessidades de revisão de rotas, ao passo que a segunda mensura os resultados alcançados pela intervenção de modo a subsidiar a tomada de decisão sobre a continuidade ou não do projeto (JANNUZZI, 2016).

Quando se aborda a classificação das avaliações pela figura do avaliador, elas podem ser externas, internas, mistas e participativas. A avaliação por equipes externas ao projeto é caracterizada pela maior independência, isenção, qualidade técnica e objetividade. Já através das avaliações internas tem-se maior facilidade de coleta de dados e redução de situações de conflitos (JANNUZZI, 2016).

A avaliação através de equipes mistas potencializa os produtos entregues porque congrega representantes internos que possuem o conhecimento de processos e rotinas internas e representantes externos que possuem a expertise técnica. A avaliação participativa é uma avaliação coletiva, na qual os beneficiários são inseridos no desenho do processo de avaliação. Podemos ter na sua estratégia a participação da comunidade no planejamento, execução e avaliação (JANNUZZI, 2016).

Jannuzzi (2016) também apresenta uma tipologia proposta por Rossi na qual os estudos avaliativos comporiam um programa de avaliação que acompanharia as fases do ciclo de vida das políticas. Nela, as avaliações podem ser de necessidades (investigação da pertinência do programa na fase de definição da agenda de políticas públicas); de desenho, quando se investiga a teoria ou modelo de intervenção sobre o qual o programa foi construído, subsidiando as fases de formulação e tomada de decisão; de processos, sendo aquelas que analisam o processo de implementação do programa, durante a sua fase de execução; e de resultados e impactos ou custo efetividade, todas essas realizadas durante a fase de avaliação somativa propriamente dita. Nessa tipologia, um programa de avaliação completo deveria prever, para cada etapa, um tipo de avaliação específico, fornecendo uma leitura ampla e sistêmica sobre o programa.

3.3 Desenho da pesquisa avaliatória

A construção de um sistema de monitoramento e avaliação tem como pressupostos criar mecanismos para medir o sucesso de objetivos traçados, identificar processos que podem ser melhorados, permitir a correção de rotas, verificar o alcance de metas pactuadas e fornecer informações que permitem confrontar expectativas dos patrocinadores dos projetos ou programas antes e depois da sua execução.

O pilar desta construção passa pelo reconhecimento da necessidade de investir no planejamento do processo de avaliação ou desenho da pesquisa avaliatória adequado ao contexto político, institucional, econômico, social e que agregue diversos aspectos.

Conforme destacam Boullosa e Araújo, 2009, p. 69:

Um bom desenho ou planejamento de avaliação está relacionado ao contexto político no qual acontece a avaliação, à natureza do objeto de avaliação, à determinação do conjunto de atores sociais que contam na avaliação e aos seus interesses, ao tempo e timing da avaliação (ou seja, ao momento em que será feita em relação ao ciclo do projeto ou programa em avaliação), assim como aos recursos disponíveis para o desenvolvimento de tal atividade. O desenho da avaliação envolve ainda o desenho da pesquisa avaliativa, que é o coração da avaliação. Quando falamos em desenho da pesquisa avaliativa entendemos o desenho da pesquisa socialmente aplicada à avaliação, construída para tal fim.

Jannuzzi (2016) propõe que a realização de pesquisas de avaliação deve ser uma sequência de seis etapas: estudo de avaliabilidade do programa, concepção e delimitação do escopo de avaliação, desenho e especificação metodológica da pesquisa, condução do trabalho de pesquisa documental e/ou campo, análise de dados da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa e a produção de relatório e disseminação de resultados.

O estudo de avaliabilidade verifica a existência de condições concretas para avaliar ou não o projeto e responde as seguintes questões: o projeto possui problemas de gestão? Há registros de informações suficientes e adequadas? Existem recursos financeiros adequados? Na concepção e delimitação do escopo de avaliação são definidos os objetivos e foco da pesquisa e se decide sobre a cobertura do programa e se a avaliação será para melhoria de processos ou para mensurar custo efetividade do projeto. Na fase do desenho metodológico são discutidos o público-alvo da avaliação, a cobertura, a participação de entes institucionais, como será a coleta de dados, os tipos de entrevista, etc. Na condução do trabalho de pesquisa documental e/ou campo são definidas a operacionalização da coleta de dados e o seu arquivo, definição do método e da técnica de pesquisa social. Já a etapa de análise de dados da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa é feita a análise e interpretação dos dados com o apoio de um referencial teórico. Na última fase, produz-se relatórios e disseminam-se os resultados, definindo uma estratégica

adequada para o compartilhamento deles através do relatório de pesquisa (JANNUZZI, 2016).

3.4 Diretrizes nacionais para M&A de projetos de extensão

Conforme já discutido nesse trabalho, a extensão adquire novo significado e relevância no cenário nacional e acadêmico no Brasil a partir de dois marcos: a realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nele, tem-se o reconhecimento da extensão como função acadêmica da universidade. Já no I Encontro de Pró Reitores de Extensão cria-se o Fórum Nacional de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX) que será o locus institucional acadêmico principal de discussão e divulgação de diretrizes para a institucionalização da extensão em diversos aspectos, inclusive no monitoramento e avaliação.

A avaliação não deve ter o único propósito de controle e fiscalização e sim de criar condições para o aprendizado, melhoria de processos e como suporte na tomada de decisões sobre a continuidade ou não das ações de extensão. Não se pode pensar em uma proposta de avaliação da extensão sem que a mesma não esteja inserida e faça parte da avaliação institucional da IES. “O processo de avaliação da extensão deve iniciar-se, necessariamente, integrado ao processo de avaliação institucional da universidade e deve ter como fundamentos a missão e o perfil da instituição” (FORPROEX, 2001, v.3, p. 52).

A avaliação deve abordar três níveis inter-relacionados: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades; os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

Os indicadores de compromisso institucionais descritos são:

- a) O grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- b) A definição clara das políticas institucionais, com a explicitação de metas e prioridades;
- c) A conceituação e tipologia das atividades de extensão;
- d) A existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas;
- e) O grau de participação da extensão no orçamento da universidade;
- f) O grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa;
- g) A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão;
- h) O envolvimento dos docentes nas atividades;

- i) A interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais;

E os indicadores sociais das atividades seriam:

- a) Relevância social, econômica e política dos problemas abordados;
- b) Segmentos sociais envolvidos;
- c) Interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados;
- d) Objetivos e resultados alcançados;
- e) Apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão;
- f) Efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas. (FORPROEX, 1993).

Com o objetivo de aprimorar a sistemática de monitoramento e avaliação das atividades de extensão, no XI Encontro do FORPROEX em 1997 é divulgado novos indicadores, agora quantitativos. Esses indicadores foram assim definidos: número de projetos desenvolvidos; público estimado; número de eventos realizados; público beneficiado; tipos de cursos de extensão realizados; número de certificados expedidos; número de produtos elaborados (CD, vídeos, filmes, cassetes); prestação de serviço realizada; número de municípios atendidos em ações extensionistas. (FORPROEX, 1997).

O Fórum também sugeriu um modelo de avaliação institucional da extensão nas universidades. Como um dos objetivos desse trabalho é refletir sobre as possibilidades de aperfeiçoar o monitoramento e a avaliação em nível de projetos e não da extensão em nível institucional, este modelo não será discutido. Acredita-se que no momento é preciso fortalecer o M&A, num primeiro plano, mais elementar, que pode contribuir de maneira incremental para a avaliação institucional da extensão na EG. Por outro lado, a concepção de avaliação do Fórum, os níveis a serem abordados por ela e os indicadores sugeridos fornecem pistas para a essa reflexão, a ser apresentada no capítulo 5. Antes, porém, serão apresentados registros sobre as ações de extensão na EG.

4 A EXTENSÃO NA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: TRAJETÓRIA E PROJETOS

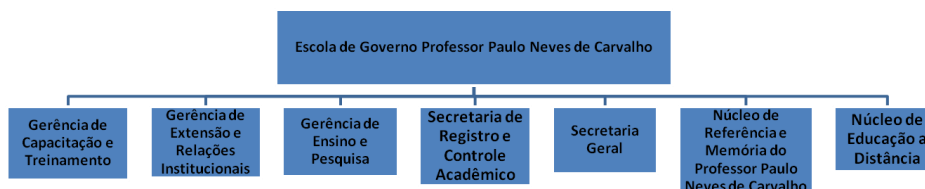
Neste capítulo tem-se a apresentação da Escola de Governo (EG), da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) e de quatro projetos de extensão que constam na grade curricular da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Para tal, serão utilizadas informações da análise documental de peças institucionais, registros administrativos e relatórios gerenciais sobre a temática e esses projetos, além da entrevista realizada com o ex-gestor da extensão na EG.

4.1 A Escola de Governo da Fundação João Pinheiro

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho faz parte da estrutura administrativa da Fundação João Pinheiro, que está vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado e Minas Gerais (SEPLAG). Foi criada no ano de 1992 com o objetivo de formação de servidores capacitados em administração pública. Sua missão “é promover a modernização e a profissionalização da administração pública, formando e aperfeiçoando os quadros técnicos, difundindo novas práticas de gestão e desenvolvendo estudos e pesquisas na área de administração pública” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Conforme o decreto 47.214 de 30 de junho de 2017, que contém o estatuto da Fundação João Pinheiro, a Escola de Governo possui na sua estrutura administrativa a Gerência de Capacitação e Treinamento, Gerência de Extensão e Relações Institucionais, Gerência de Ensino e Pesquisa, Núcleo de Educação à Distância, além Do Núcleo de Referência do Professor Paulo Neves de Carvalho (ORGANOGRAMA 1). Essas Gerências e o Núcleo de Educação à Distância trabalham em conjunto com o objetivo prioritário de formar e capacitar recursos humanos para a administração pública mineira, através da oferta de cursos de graduação, pós-graduação lato e strito senso em Administração Pública e cursos de aperfeiçoamento e capacitação de curta duração. Os cursos são ofertados a todos os cidadãos interessados e sob encomenda (MINAS GERAIS, 2017).

Organograma 1: Organograma da escola de governo da Fundação João Pinheiro – 2017



Fonte: Elaboração própria com base no Estatuto da Fundação João Pinheiro.

No artigo 28 do referido decreto é explicitada a função da Escola de Governo, a saber:

I – promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas na modernização administrativa do setor público, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, de cursos de capacitação e treinamento, presenciais ou à distância, assim como outros programas especiais, inclusive para a iniciativa privada; II – desenvolver projetos de extensão; III – desenvolver estudos e pesquisas relativos à administração pública e áreas afins e IV – promover a cooperação técnica e acadêmica com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais (MINAS GERAIS, 2017).

O curso de superior em Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo (EG) possui uma particularidade em relação aos outros cursos de Administração Pública do Brasil porque é um concurso público em que a conclusão do curso é uma de suas etapas de seleção. Após a colação de grau, os alunos ingressam na carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

A Escola de Governo utiliza-se da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI), criada em 2007 para disponibilizar aos alunos de graduação em administração pública projetos de extensão e imersão. As atividades de extensão adquiriram, conforme será apresentado na próxima seção, um novo significado e importância na Escola de Governo com a criação da GERI e a publicação do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública em 2007 e a sua atualização em 2013. Em 2007 ficou definido que o aluno deveria cumprir 300 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACG) para conclusão do curso de administração pública e em 2013 temos a inclusão da obrigatoriedade da participação em projetos de imersão com

carga horária de 60 horas. A participação nas atividades de extensão é, então, uma modalidade das ACG a serem cumpridas pelos alunos somadas as horas dedicadas aos projetos de imersão, em virtude disso, a participação dos alunos nos projetos da GERI vem se ampliando significativamente.

A entrevistada “A” reconhece a importância da participação dos alunos da EG em projetos de extensão:

A participação dos alunos da EG nas atividades de extensão é crucial pois permite que este aluno não se restrinja ao domínio técnico como área de conhecimento, permite desenvolver algumas habilidades que só no contato com o mundo exterior da universidade com as ações que envolvam contato direto com a população, conhecimento de outros mundos, que torna possível que se capacite.

De modo a alcançar um dos objetivos dessa monografia, apresentar registros da trajetória das ações de extensão na EG, bem como para compreender o seu atual momento, a seguir será apresentado um breve histórico dessa função acadêmica na escola.

4.2. Registros sobre o histórico da Extensão Universitária na Escola de Governo

Fazendo uma retrospectiva da institucionalização da extensão na Escola de Governo e da própria GERI, vemos que nos primeiros 4 anos de funcionamento da EG, ou seja, até 1996 não existia nenhuma ação de extensão universitária formalizada na estrutura administrativa da Escola de Governo, nem uma gerência ou superintendência dedicada para cuidar dessas atividades.

Registros administrativos da EG mostram que, no ano de 1997, temos a alteração da estrutura da Escola de Governo que transformou a Superintendência de Estágio em Superintendência de Extensão. Apesar da existência da superintendência de extensão a partir de 1997, no plano pedagógico do CSAP do ano de 1998 a compreensão do conceito de extensão ainda era distante do conceito de extensão divulgado pelo FORPROEX desde 1987. Segundo o documento,

a escola de governo vem também acumulando vasta experiência na área de extensão, através da promoção de cursos de treinamento e requalificação de servidores públicos, dentro do conceito de "formação continuada". Tais cursos, executados de forma maciça e descentralizada, possibilitam a servidores de todos os níveis o acesso às novas concepções de administração pública e às tecnologias mais modernas em sua área de atuação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998, p. 2).

Neste caso, a extensão era identificada como um meio de transferência de conhecimento unilateral e de capacitação para servidores públicos, sem o reconhecimento da possibilidade de troca de conhecimento e experiências entre a sociedade e o meio acadêmico através de projetos ou programas com foco no desenvolvimento do espírito crítico de alunos e na área social. Essa concepção de extensão estava muito próxima da

adotada pelo governo no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, conforme discutido no capítulo 2.

As primeiras iniciativas de ações de extensão concebidas na perspectiva de extensão adotada por esse trabalho surgiram em meados dos anos 2000 da conjugação de interesses de alunos e do corpo docente da Escola de Governo que cogitava oferecer atividades extraclasse aos estudantes. Mas ainda nesse momento não se percebe iniciativas claras para institucionalização da extensão.

De acordo com a entrevistada A, a primeira atividade da EG em projetos de extensão foi no Projeto Rondon em 2006, demanda que surgiu por iniciativa dos próprios alunos da Escola de Governo. O Projeto Rondon é um projeto coordenado pelo Ministério da Defesa em parceria com governos estaduais, municipais e universidades públicas e privadas para desenvolver atividades em comunidades de grande vulnerabilidade social, sempre voltadas para o desenvolvimento sustentável delas. Conforme site do Ministério da Defesa, o projeto tem como objetivo “o aprimoramento dos valores humanitários dos rondonistas através do estímulo ao sentimento de responsabilidade social e coletiva, compreensão do conceito de cidadania, defesa dos interesses nacionais e contribui para a formação acadêmica e conhecimento da realidade brasileira”³. Até o atual ano de 2017, os alunos da EG participaram de 34 operações do Projeto Rondon, segundo registros administrativos da GERI

Já em 2007, foi implantado na escola o Laboratório de Políticas Públicas, que integraria as atividades complementares de graduação do Curso Superior de Administração Pública. O Laboratório consistia em ações e iniciativas diversas, voltadas para uma maior integração dos alunos com a máquina governamental e com a gestão pública. Representava, nesse sentido, um espaço para o desenvolvimento de ações orientadas para a produção de conhecimento teórico e prático sobre o setor público, governamental e não governamental e envolve ações de natureza distintas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007).

Entre as atividades previstas no laboratório de políticas públicas podemos destacar: oficina de jogos de simulação sobre o processo de elaboração da peça orçamentária para o Estado de Minas Gerais, Projeto WEBAP (Consiste na elaboração de uma revista eletrônica no final do semestre contendo artigos e produções diversas sobre gestão pública, administração governamental, políticas sociais), Conexões Gerais (Visitas de 2 a 4 alunos a municípios mineiros para desenvolvimento de um determinado produto, definido conjuntamente pela coordenação e pelos governos locais), Conexão Brasil (visitas aos Ministérios e órgãos públicos federais em Brasília durante o mês de julho, durante 2 semanas, visando o conhecimento sobre o funcionamento do executivo federal e a elaboração de relatórios de visita, que deverão ser apresentados e discutidos com demais alunos e professores), Projetos Especiais em parcerias com outros órgãos públicos (Células de boas práticas, Conexão Assembleia Legislativa, Projeto gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e Impactos da

³ Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/projeto-rondon> >.

regionalização da política ambiental em MG (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007).

A entrevistada A confirma a importância do Laboratório para a extensão na EG:

“a extensão na Escola de Governo começa com o projeto laboratório de políticas públicas, sob o ‘guarda-chuva’ deste laboratório reunia-se ações que não estavam bem caracterizadas como ensino ou como pesquisa”. “O laboratório de políticas públicas tinha como proposta através de suas ações oferecer oportunidades de formação acadêmica complementar de caráter extensionista aos alunos fora da sala de aula”.

Ainda em 2007, tem-se a mudança da denominação de Superintendência de Extensão para Gerência de Extensão e Relações Institucionais. A estrutura de pessoal da gerência inicialmente era bem reduzida com apenas o gerente e a secretária. Neste momento inicial da GERI, o desenvolvimento das ações foi mais voltado para o relacionamento institucional, principalmente na área de acordos de cooperação para a área de pesquisa e intercâmbio.

A partir de 2009 a ação Conexão Brasil passou a ser identificada como estágio de inverno, com a mesma proposta de possibilitar aos alunos da graduação conhecerem a realidade da administração pública federal por meio de estágio no período de

A participação no Rondon, o Laboratório de Políticas Públicas e o estágio de inverno no governo federal, foram importantes para o desenvolvimento de estratégias extensionistas mais institucionalizadas. Nas palavras da entrevistada A: “cada uma destas atividades preliminares, bem embrionárias na área de extensão, acabaram depois se desenvolvendo como projetos que possuem um alto grau de institucionalização, como os projetos de imersão”.

Outro destaque importante no histórico da extensão na EG é a publicação do Decreto Estadual nº 45.670 de 2011, que descreve as responsabilidades da Gerência de Extensão e Relações Institucionais da EG:

Art. 25. A Gerência de Extensão e Relações Institucionais tem por finalidade promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio de alunos e professores com instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, para desenvolvimento de projetos relacionados às atividades da Escola de Governo, competindo-lhe:

I - promover a integração das atividades de extensão e cooperação acadêmica com o ensino e a pesquisa;

II - colaborar com os colegiados de cursos na organização das atividades complementares à formação dos alunos;

III - coletar e disseminar informações sobre as atividades de extensão e intercâmbio acadêmico; e

IV - elaborar relatório anual das atividades de extensão e intercâmbio acadêmico e submetê-lo ao CEPE.

VII - elaborar e manter atualizado o manual do aluno e do professor; e

VIII - elaborar relatório anual das atividades de ensino e pesquisa e submetê-lo ao CEPE. (MINAS GERAIS, 2011).

A Extensão adquire novo significado e importância na Escola de Governo com a publicação do novo projeto pedagógico do CSAP em 2013, que manteve as 300 horas de atividades complementares de graduação (ACG) e incluiu outra modalidade de ação de extensão na matriz curricular, denominada Atividades de Imersão e Conexão, com carga horária mínima de 60 horas a ser cumprida por cada aluno.

De acordo com a entrevistada A da GERI, a institucionalização da extensão na Escola de Governo teve impulso em 2007 com a criação da gerência. Entre 2007 e 2014 o foco foi em formalizar parcerias com outras universidades para oferecer oportunidades de experiências internacionais aos alunos. A preocupação neste período foi em avançar gradualmente na institucionalização da extensão dentro da Escola de Governo, mesmo com algumas dificuldades operacionais e institucionais de execução. Sendo assim, neste período, apesar do reconhecimento da gerência da importância e necessidade de um sistema de monitoramento e avaliação das atividades de extensão que se consolidava na Escola de Governo, este não foi formalizado e estruturado.

A partir do final de 2014, com a designação de uma nova gestão para a GERI, nota-se um processo de valorização das atividades de extensão da gerência. Esse processo é decorrente do aumento de funcionários da gerência, crescimento expressivo das atividades de extensão, orçamento próprio e aumento do reconhecimento pelos alunos da importância da sua participação.

De acordo com registros internos da gerência, disponibilizados para essa monografia, no 1º semestre de 2017, há 14 projetos ativos na Escola de Governo e mais de 50% dos alunos matriculados no CSAP já participaram de algum projeto de extensão.

Na Tabela 1, há o demonstrativo da evolução de projetos de extensão ofertados aos alunos e número de alunos extensionistas nos últimos 12 anos.

Tabela 1: Evolução das atividades de extensão na Escola de Governo – 2006-2017

Ano	nº de projetos de extensão em desenvolvimento	nº de alunos participantes
2006	1	12
2007	1	12
2008	1	29
2009	2	19
2010	2	34
2011	1	40
2012	3	29
2013	5	57
2014	4	93
2015	9	154
2016	16	169
2017	14	190

Fonte: Elaboração própria com base em registros administrativos da GERI.

Os dados da Tabela 1 mostram que as atividades de extensão na EG tiveram um salto expressivo entre 2015 e 2017, reflexo das razões já mencionadas acima. Até o final dos anos 2010 as iniciativas eram pontuais e a participação dos alunos era modesta. De 2010 a 2014 as iniciativas começaram a se ampliar, trazendo junto mais alunos participantes. O momento atual frutífero da GERI certamente contou com a contribuição do acúmulo da experiência profissional da EG com as atividades de extensão que pode ser observado nessa trajetória. Mesmo em pequeno número, segundo a entrevistada A, “a extensão na escola sempre contou com o esforço de alguns alunos e professores, que correram atrás de projetos, de financiamento, de parcerias. O interesse e a garra dessas pessoas não podem ser ignorados no processo de criação de um espaço para a extensão na EG”.

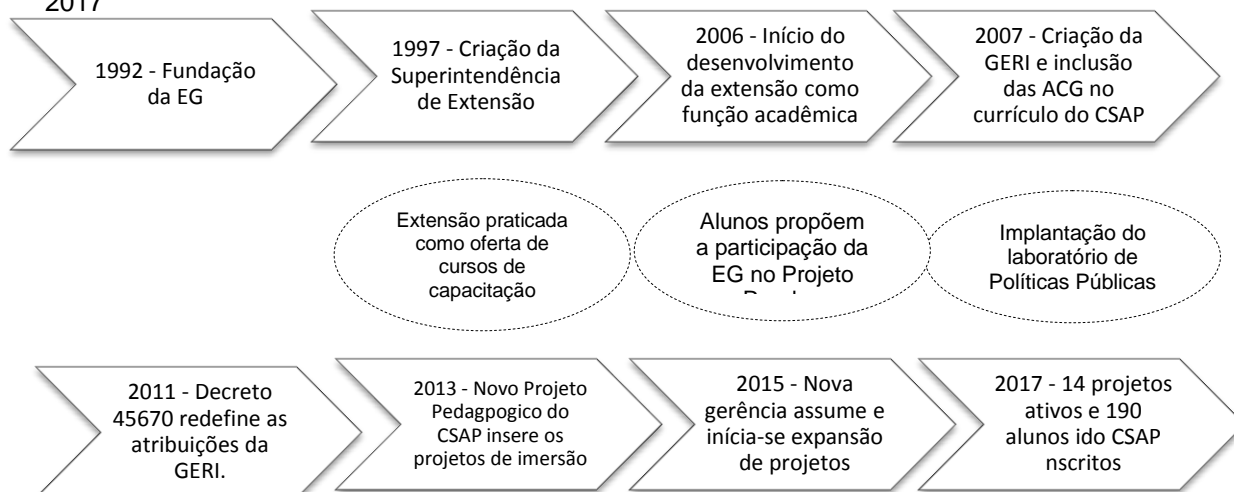
Além do crescimento do número de projetos de extensão e número de alunos inscritos nos últimos anos, os projetos tiveram uma diversificação temática também, ou seja, foram implementados 4 projetos de imersão, 4 projetos educativos, 3 projetos de caráter social/cidadania, 1 projeto na área de consultoria em administração pública, 1 projeto de desenvolvimento dos valores da democracia e oratória e um 1 projeto relacionado a dinâmica de pesquisa na área de administração pública.

O conceito de “imersão” é utilizado quando o estudante universitário, a partir de um projeto pedagógico correlacionado ao seu processo de formação, se distancia de sua região de estudo deslocando-se para uma localidade distante com o objetivo de compreender uma nova realidade. Os projetos de imersão são desenvolvidos em conformidade com a metodologia de pesquisa/ação, na qual o estudante atua e, ao mesmo

tempo, aprende em conjunto com a população local por meio da troca de experiências, ampliando, assim, seus conhecimentos acadêmicos, questionando/ratificando/retificando-os em confrontação com uma realidade específica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

A linha do tempo abaixo sistematiza a trajetória da extensão na Escola de Governo (FIGURA 1):

Figura 1: Principais marcos institucionais das atividades de extensão na Escola de Governo – 1992-2017



Fonte: Elaboração própria com base em documentos institucionais e registros administrativos da EG e GERI.

Diante dos avanços da institucionalização da EG, no crescimento quantitativo de projetos e alunos é oportuno pensar em uma sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão. Mas antes disso, a seguir, serão apresentados alguns projetos de extensão em execução pela GERI. São eles: Fica Ativo Repensar e Cidadania, projetos mais antigos e institucionalizados; o Juventude Cidadã, planejado na atual gerência de extensão e o Projeto 10Envolver, na modalidade imersão, realizado em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais.

4.3 Quatro projetos de extensão da Escola de Governo

Neste capítulo tem-se a apresentação de 4 projetos de extensão que constam na grade curricular da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Os projetos são: Fica Ativo Repensar, Fica Ativo Cidadania, Juventude Cidadã e 10Envolver.

Foi selecionado o projeto Fica Ativo Repensar em função que o mesmo foi o primeiro projeto de extensão que recebeu financiamento do governo estadual para o desenvolvimento de suas atividades. O Fica Ativo Cidadania junto com o Repensar são os projetos mais institucionalizados dentro da Escola de Governo e ambos foram iniciados na gestão anterior da GERI.

O projeto Juventude Cidadã teve sua gestação e execução pela atual Gerência de Extensão e surgiu do diálogo com a administração pública municipal, projeto que reforça a importância de parcerias institucionais para a execução de projetos de extensão e um marco na atual gestão de abertura para construção de projetos com outros órgãos públicos.

O projeto 10Envolver foi o primeiro projeto de imersão em que os alunos e técnicos da GERI participam das discussões ativamente do planejamento das atividades que são desenvolvidas nas cidades beneficiadas pelo projeto.

4.3.1 Projeto de extensão Fica Ativo Repensar

Conforme documentos da Gerência de Extensão e Relações Institucionais o projeto Fica Ativo Repensar teve início em 2013 através da iniciativa conjunta da GERI, alunos integrantes do Diretório Acadêmico (DA) da Escola de Governo e alunos da Empresa Júnior.

De acordo com registros do projeto, no processo de institucionalização da Extensão dentro da Escola de Governo, o Fica Ativo Repensar apresenta-se como um marco importante, pois foi o primeiro projeto apresentado e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para financiamento de equipamentos e serviços, o que ocorreu no ano de 2015.

Conforme termo de outorga assinado com a FAPEMIG: “O financiamento tem como objetivo financiar projetos de extensão em interface com a pesquisa científica e/ou com o desenvolvimento tecnológico, a serem executados em Minas Gerais, com a finalidade de fortalecer a ação transformadora da pesquisa sobre os problemas sociais e estabelecer uma relação de diálogo entre pesquisadores e sociedade”.⁴

O projeto Fica Ativo Repensar tem como proposta aproximar alunos da Escola de Governo a jovens em situação de vulnerabilidade social. As atividades são desenvolvidas em encontros onde são discutidos temas ligados à cidadania, cultura e artes. Tem como objetivo aumentar o empoderamento individual dos seus participantes, despertar o sentimento de comunidade e a proatividade. responsável (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Inicialmente o projeto foi estruturado para ser realizado nos espaços públicos em que era desenvolvido o programa Fica Vivo! da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

No Decreto Lei 43.334\03 temos os objetivos do Programa Fica Vivo!:

Reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante áreas de prevenção e repressão nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros

⁴ Termo de Outorga do Projeto Fica Ativo – Repensar: Tecendo Alianças e Construindo Capacidades Através da Arte, 2015)

municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral (MINAS GERAIS, 2003, p.2).

As atividades do projeto consistem em dinâmicas de grupo, discussões e debates que envolvem o desenvolvimento de diversas atividades de diferentes nuances. Para facilitar a interatividade nos encontros usam-se oficinas de fotografia, teatro, música, cinema, grafite, jogos de tabuleiro e artes visuais\linguagens inseridas em ciclos de ação e reflexão. Durante cada semestre letivo, são realizados 16 encontros, quatro vezes ao mês, no horário entre 18h30 e 20h00 horas, com a participação de 10 alunos da Escola de Governo, sendo que os alunos realizam rodízio entre eles nos encontros. Geralmente, cinco alunos participam de cada encontro.

Os temas dos encontros são definidos no começo de cada semestre, mas não indica que novos temas surgidos durante os encontros não serão utilizados nas oficinas, debates ou discussões ao longo do próprio semestre, pois se tem a preocupação de fazer encontros com temas que sejam de interesse dos beneficiários. Os temas adotados são geralmente relacionados a cidadania, direitos individuais e sociais, reconhecimento da realidade local e fortalecimento de ativos pessoais. A GERI fornece transporte, equipamentos e apoio institucional.

Na concepção deste projeto, portanto, procurou-se adotar algumas premissas: beneficiários com alta vulnerabilidade social, interinstitucionalidade e a oportunidade de troca de experiências e vivências entre alunos e a comunidade.

4.3.2 Projeto de extensão Fica Ativo! Cidadania

O projeto de extensão Fica Ativo! Cidadania foi desenvolvido paralelamente ao Fica Ativo Repensar, tendo início também no ano de 2013.

Tem os mesmos parâmetros e diretrizes do projeto Fica Ativo Repensar, ou seja, atender público alvo com alta vulnerabilidade social, fomento ao empoderamento individual e ao exercício da cidadania consciente e responsável (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Este projeto é desenvolvido com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estudantes da EG em encontros semanais procuram, através do diálogo, promover discussões sobre cidadania, direitos sociais e individuais com o objetivo de despertar a consciência destes sobre o papel de cada pessoa ou da comunidade nas transformações sociais ou pessoais que desejam. Os alunos da EG são estimulados ao pensamento autocrítico, a reflexão sobre os grandes desafios que a administração pública tem na

melhoria de vida da grande maioria da população mineira e brasileira e na importância do planejamento e organização.

Desde 2013 são realizados 13 encontros durante cada semestre letivo, três vezes ao mês, no horário entre 19h00 e 20h30, com a participação de 15 alunos da Escola de Governo. Cada dupla de alunos fica responsável por uma sala de aula do EJA na Escola Municipal.

Os temas são definidos previamente tendo a preocupação de flexibilidade de aceitar sugestões dos alunos beneficiários do projeto, sugestões que são estimuladas a aparecer durante o diálogo nos encontros.

O “Fica Ativo Cidadania” possui uma particularidade em relação ao “Fica Ativo Repensar”, pois existe uma preferência de recrutar alunos calouros da Escola de Governo.

4.3.3 Projeto de extensão Juventude Cidadã

Este projeto surgiu durante a execução do projeto de extensão Família Cidadã, executado em parceria com a Gerência de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O objetivo do projeto Família Cidadã é promover a inclusão das famílias mais vulneráveis e melhorar a sua condição de vida e de saúde, contribuindo para a promoção da cidadania (BELO HORIZONTE, 2016, p. 4).

Durante os encontros institucionais entre a GERI e a PBH relacionados ao projeto Família Cidadã percebeu-se que existia uma lacuna na estruturação de programas da Política de Assistência Social aos jovens e adolescentes da Regional Norte.

O projeto Juventude Cidadã tem o objetivo de mostrar aos jovens da região do Bairro Jardim Felicidade e adjacências os diversos serviços oferecidos pelo CRAS e, concomitantemente, desenvolver nas oficinas discussões entre alunos da EG e os jovens beneficiários troca de experiências e avanço do conceito de cidadania para ambos. Além disso, na interação entre os jovens extensionistas da EG e os jovens beneficiários do projeto busca-se desenvolver ações de conscientização sobre a realidade social adversa e dominância política, além de barreiras do preconceito social, gênero, racial, étnico ou sexual.

Desde 2016 o projeto passou a ser desenvolvido em parceria com uma Escola Pública Municipal, do bairro Jardim Felicidade, o que ampliou sua visibilidade, seu espaço de atuação e que favoreceu sua institucionalização. Além do CRAS, a Escola também serve de espaço público para os encontros. Em 2016, 17 alunos participaram deste projeto.

Também neste projeto temos diversas premissas adotadas pela Escola de Governo no que se refere aos seus projetos de extensão, tais como: beneficiários com alta vulnerabilidade social, interinstitucionalidade, oportunidade de troca de experiências e

vivências entre alunos e a comunidade e experiências de gestão na prática (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

4.3.4 Projeto de extensão 10Envolver

Desde o ano 2013 o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), através de sua coordenadoria de inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), executa o projeto denominado “10Envolver”.

Segundo o MPMG⁵, este projeto tem o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida nos dez municípios mineiros com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo os dados de 2000, através do fortalecimento dos conselhos municipais, das associações comunitárias, dos sindicatos, das escolas e de outras instâncias de participação popular.

Na construção do projeto o MPMG abriu um diálogo com representantes do poder público municipal e realizou parcerias com instituições de ensino superior públicas tais como as Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), Juiz de Fora (UFJF), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMOTES) e Fundação Universidade de Itaúna. Durante o processo realizou-se diagnósticos das instâncias de participação popular e os resultados foram compartilhados com as comunidades locais e discutidos caminhos para o fortalecimento.

Em 2015, a Escola de Governo recebeu o convite para participar do projeto no eixo Capacidade. Segundo o MPMG o “10Envolver – Capacidades” tem o objetivo de melhoria das capacidades administrativas e o fortalecimento e aprimoramento da participação social em municípios com baixo IDH. As atividades direcionadas para gestão serão executadas, em encontros com técnicos e secretários municipais, nos quais serão compartilhados conhecimentos na busca de alternativas para resolução de problemas e aprimoramento das políticas públicas. Esse intercâmbio possibilitará aos estudantes vivenciar a realidade administrativa das prefeituras, com seus limites e potencialidades, contribuindo para a formação dos futuros profissionais da gestão pública estadual.

A adoção deste projeto como ação de extensão da Escola de Governo foi motivada pela oportunidade de oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer a realidade da administração pública municipal com sua complexidade, desafios e dificuldades e ao mesmo tempo, ajudar a administração pública municipal em áreas como o planejamento e gestão encontrar caminhos para melhorias em processos, atendimento ao cidadão e ampliação da participação do cidadão nas decisões de políticas públicas.

⁵ Disponível em: <http://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/procuradoria-geral/> >. Acesso em: dez. 2016.

O projeto “10Envolver” na Escola de Governo é considerado um projeto de imersão municipal, já que cada equipe de oito alunos coordenados por um professor se instala de sete a 15 dias no município beneficiado. O pré diagnóstico e plano de trabalho são definidos em conjunto com o MPMG e a GERI. O projeto teve início em janeiro de 2016 e já participaram deste projeto 48 alunos da Escola de Governo.

Apresentados os projetos, na seção seguinte, apresento uma sugestão para caminhos para uma sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão para a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

5 CAMINHOS PARA O DESENHO DE UMA SISTEMÁTICA DE M&A DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA ESCOLA DE GOVERNO

Este capítulo concretiza um dos objetivos dessa monografia ao focar a questão do monitoramento e avaliação dos projetos de extensão da EG. Pretende-se refletir sobre como essas atividades são realizadas atualmente e identificar rotas que podem fortalecer essas práticas e guiar a elaboração estruturada de um modelo de M&A para os projetos. Para isso, serão utilizados como insumos as entrevistas semiestruturadas e a observação direta do autor do trabalho, conforme apresentado no tópico 1.1 – Metodologia.

5.1 O M&A dos projetos de extensão da Escola de Governo atualmente: o que é feito?

Os projetos de extensão da EG são construídos tendo como parâmetros possibilitar o contato dos alunos com cidadãos com maior vulnerabilidade social e sua realidade complexa e diversificada, o pensamento crítico e questionador, a interdisciplinaridade, a confrontação entre o aprendizado de sala de aula e a realidade, significado de ser voluntário e a oportunidade de troca de experiências e vivências entre alunos e a comunidade.

A concepção de projetos de extensão da Escola de Governo leva em consideração, ainda, as especificidades de um curso do Campo de Públicas, expressão utilizada há pouco mais de dez anos no Brasil e que compreende cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Política Pública, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Trata-se, desse modo de uma área multidisciplinar. (PIRES *et al*, 2012).

Não foi identificado nas entrevistas qualquer esforço sistematizado de se realizar algum tipo de avaliação ex-ante dos projetos, nem mesmo de tipo diagnóstica sobre as situações de vulnerabilidade que motivam a proposição das iniciativas.

Com o objetivo de facilitar a troca de informações e acompanhamento dos projetos de extensão, cada vez que uma iniciativa é proposta, é escolhido um aluno para assumir o papel de coordenador discente.

[...] um responsável na GERI que procura fazer o acompanhamento e orientação para que os estudantes participantes e, principalmente, os estudantes coordenadores se sintam acolhidos e apoiados, além de orientados para realizar as atividades necessárias para a execução dos projetos. (Entrevistado B).

De acordo com os entrevistados, os projetos de extensão não possuem uma sistemática de monitoramento e avaliação, e tanto a gerência quanto a EG não realizam a avaliação institucional da extensão. A avaliação dos projetos é feita através de reuniões de feedback pontuais com os alunos, que pode ser individual ou em grupos, com o objetivo de

troca de informações e experiências e de tentar melhorar a execução dos projetos e elaborar relatórios de atividades anuais. Estes são produzidos pelas diretorias da Fundação João Pinheiro ao final de cada ano, com as informações do que foi realizado. Mas, nas palavras do entrevistado A: “o relatório de atividades não configura uma sistemática de monitoramento e avaliação. Não existe nenhuma iniciativa de divulgação de resultados da extensão, as informações ficavam restritas a direção da Escola de Governo e à presidência da Fundação João Pinheiro”.

Já o entrevistado B afirma que, apesar da extensão ter adquirido recentemente novo patamar dentro da Escola de Governo, ainda prevalecem majoritariamente instrumentos de avaliação usados na gerência anterior.

Não tivemos um avanço na estruturação de uma sistemática de monitoramento e avaliação. A avaliação é feita através de reuniões de feedback mensais com coordenadores discentes dos projetos de extensão. Nestas reuniões participam técnicos da GERI e coordenadores discentes dos projetos de extensão com o objetivo de acompanhamento, identificação de problemas de execução e troca de experiências e informações entre os próprios alunos. O monitoramento e avaliação são feitos também através de conversas individuais com os coordenadores discentes na gerência. Estas conversas acontecem a qualquer dia e hora que o aluno desejar (Entrevistado B)

O entrevistado C também confirma essa questão:

O principal mecanismo está nas reuniões de planejamento e de feedback. O gerente, geralmente, se incumbem de manter o contato mais constante possível com coordenadores e participantes dos projetos para que se possa oferecer suporte, orientação e avaliação constante.

Outra questão sobre as atuais iniciativas de monitoramento e avaliação da extensão da EG diz respeito ao registro de dados em sistemas informatizados. Até o momento, a GERI não dispõe de um sistema informatizado de registro de informações dos projetos de extensão, o que gera risco de perda de dados e reduzida transparência das atividades de extensão para o público externo. As informações são registradas em planilhas e relatórios do Word. O entrevistado A ressalta que: “é importante construir um sistema, um banco de dados com as ações de extensão que pudesse visualizar as ações de extensão ao longo dos anos, que pudesse extrair os dados deste sistema uma trajetória de determinadas ações de extensão”.

Nota-se, através dos dados coletados pelas entrevistas, que há tentativa de monitorar e avaliar os projetos de extensão, mas ainda não existe uma sistemática de monitoramento e avaliação estruturada que permita, na perspectiva discutida no capítulo 3, uma análise mais abrangente e completa dos projetos, de modo a subsidiar os técnicos e gestor a tomarem decisões e que permita a implantação incremental da avaliação institucional da extensão na EG. As próximas seções pretendem contribuir para isso.

5.2 Passos para o desenho de uma sistemática de M&A dos projetos de extensão da Escola de Governo

Conforme discutido por Jannuzzi (2016) e apresentado no capítulo 3, para elaborar uma proposta de monitoramento e avaliação pode-se seguir seis passos, a saber: estudo de avaliabilidade do programa; concepção da pesquisa de avaliação e o seu escopo e foco investigativo; desenho da pesquisa e sua especificação metodológica; condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo; análise da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa; produção do relatório de pesquisa; e disseminação de resultados. A proposta aqui apresentada foi inspirada nestas etapas. Os projetos de extensão da EG apresentados na seção 4.3 serão retomados oportunamente à título de aplicação das sugestões apresentadas.

1º passo: Padronização da redação dos projetos

Como ponto de partida para qualquer iniciativa de desenvolvimento de um projeto de extensão, sugere-se que a tomada de decisão seja embasada através de um projeto escrito de maneira padronizada, de modo a facilitar a comunicação sobre o projeto e a apresentação dele para os alunos, professores e público atendido.

Porém, antes mesmo da redação, registra-se a necessidade de se realizar avaliações de tipo ex-ante, como mínimo para saber se a concepção do projeto está de acordo com a política interna institucional da EG, ou mais especificamente, uma avaliação do tipo diagnóstica, potencial para levantar aspectos específicos da localidade e do público-alvo do projeto, de modo a subsidiar um desenho mais aderente à realidade. Além disso, esse elemento atende a dois indicadores definidos pelo FORPROEX (2001) para a avaliação das atividades de extensão apresentado no capítulo 3: a relevância social, econômica e política dos problemas abordados e segmentos sociais envolvidos.

Apesar das peculiaridades dos projetos de extensão, é necessário um mínimo de padronização na estruturação de projetos na sua fase de planejamento e tomada de decisão. Deve-se adotar um modelo padrão de documento de projeto que responda perguntas que sejam importantes tanto para entender o objetivo central como para subsidiar um sistema de registro de informações para gerar comparações com outros projetos, disponibilização de séries históricas e a sua publicidade de resultados. Sugere-se que esse formulário contenha os seguintes itens:

- a) Contexto, isto é, um pequeno diagnóstico sobre a situação problema ou sobre a demanda que motivou o projeto;
- b) Objetivo geral e específicos e indicadores

- c) Justificativa, elemento que possibilita argumentar a importância do projeto e os resultados esperados;
- d) Tipo de atividade de extensão (educativa, imersão, conexão, internato)
- e) Produtos, entregas e atividades do projeto e indicadores
- f) Recursos financeiros necessários
- g) Recursos materiais necessários (transporte, seguro os alunos, máquina fotográfica, etc.);
- h) Parcerias (com setores da EG, outros órgãos da administração pública, administração privada ou do 3º setor);
- i) Público-alvo e estimativa de atendimento
- j) Número de alunos envolvidos e horas de dedicação;
- k) Número de professores envolvidos e horas de dedicação;
- l) Cronograma geral do projeto;

Paralela à elaboração do documento dos projetos de extensão, é necessário selecionar os alunos que irão compor a equipe, definir um professor coordenador, escolher o técnico que será o contato entre os envolvidos no projeto e a GERI. Os alunos devem ser escolhidos tendo como base o perfil, entendendo-se perfil como o período que o aluno está matriculado e o seu comprometimento pessoal.

2ª passo: Concepção da pesquisa de avaliação de cada projeto

Cada projeto tem suas especificidades, natureza, complexidade, produtos e resultados esperados com a pesquisa de avaliação. Por isso, deve-se refletir sobre o que se quer avaliar, o tipo de avaliação, quem será responsável por ela, que técnicas e indicadores utilizar. Na perspectiva de Jannuzzi (2016), discutida no capítulo 3, sugere-se que a avaliação dos projetos de extensão da EG considere tanto a dimensão dos processos, que se associa ao monitoramento, quanto a de resultados.

No caso da primeira, faz-se necessário observar as dificuldades e as boas práticas da implementação do projeto, identificando gargalos, erros de planejamento de modo a se fazer ajustes pertinentes no desenho ou na estratégia de execução. Algumas perguntas sobre essa dimensão poderia ser: Os recursos financeiros envolvidos no projeto estão de acordo com critérios de eficiência definidos pela GERI? Podemos melhorar os processos? As parcerias realizadas são exitosas? Qual é a contribuição delas? Por exemplo, o Projeto Fica Ativo Repensar pode enfrentar obstáculos com a mobilização do público-alvo, com adesão deles às oficinas e também no próprio planejamento e desenvolvimento delas. Registros sobre as atividades realizadas e de participação dos beneficiários do projeto também devem compor o rol de questões a serem observadas nessa dimensão da avaliação. Como exemplo, destacam-se os indicadores: número de

oficinas desenvolvidas, amplitude temática das oficinas, número de jovens atendidos dentro outros.

Já no caso da dimensão de resultados, é fundamental que os projetos colem e sistematizem dados sobre os efeitos que as iniciativas podem gerar, tanto nas condições sociais público-alvo quanto na formação dos alunos. Trata-se de se fazer a confrontação entre os objetivos e metas previstos quando na concepção do projeto e os resultados alcançados. Avaliar resultados é fundamental para a decisão sobre a continuidade dos projetos, para mensurar os esforços decorrentes do investimento e para legitimar a necessidade de encerrar alguma iniciativa. Algumas perguntas que levem em consideração essa dimensão, no âmbito do Projeto Fica Ativo Repensar poderiam ser, por exemplo: em que medida os jovens estão satisfeitos com as oficinas? Em que medida os jovens modificaram suas percepções sobre os serviços públicos de assistência? E sobre a cidadania? A comunidade recebeu bem o projeto? Percebe alguma importância na realização do mesmo? Os alunos estão mais comprometidos com a realidade de comunidades com grande vulnerabilidade social? Os projetos aproximam os alunos do cidadão comum e favorecem a compreensão de suas necessidades? No caso do Projeto 10Envovler, os indicadores de resultado poderiam ser construídos a partir das seguintes perguntas: os servidores da prefeitura melhoraram a execução dos processos? Sentem-se mais seguros para a execução de suas tarefas? Erram menos? Estão utilizando os registros administrativos para subsidiar o seu trabalho? Assim sendo, consegue-se atender a outros indicadores especificados pelo FORPROEX (2001), a saber: objetivos e resultados alcançados; apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão; efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas.

Neste sentido, acredita-se ser fundamental especificar, no momento da elaboração dos projetos, um conjunto de questões relevantes sobre a implementação e os resultados dos projetos, de modo a subsidiar a concepção da pesquisa de avaliação de cada projeto.

Quanto à avaliação ser interna ou externa, a mais indicada é a interna (JANNUZZI, 2016) com o envolvimento de técnicos e alunos da Escola de Governo, atendendo, inclusive ao que recomenda o FORPROEX “embora considere igualmente importantes às avaliações interna e externa, a metodologia de avaliação vai privilegiar a perspectiva interna”. (FORPROEX, 1999, p.21). Porém, como a equipe da GERI é reduzida e sugere-se que em cada projeto de extensão seja escolhido entre os alunos um subcoordenador de monitoramento e avaliação para que fique responsável junto com o professor coordenador pelo acompanhamento do projeto no seu dia a dia..

Sobre as técnicas e procedimentos, sugere-se utilizar de entrevistas com alunos, beneficiários, parceiros institucionais envolvidos, professores, análise documental, ou ainda questionários quantitativos elaborados pela GERI, de acordo com o tipo de projeto de extensão e tendo como referência os indicadores sugeridos pelo FORPROEX.

3º passo: Realizar e acompanhar a avaliação

Com a definição do formato final do desenho da pesquisa de avaliação, validada pelo gerente, técnico da GERI responsável de acompanhar o projeto e o professor coordenador, temos as condições para a execução da avaliação.

A avaliação poderia ser acompanhada por reuniões sistemáticas entre os alunos e o professor coordenador, com o registro em atas e nas reuniões individuais entre o gerente e o coordenador discente do projeto de extensão. Sobre esse assunto, o entrevistado D afirma que “nessas reuniões seria importante que tudo que fosse discutido ali, seja registrado em ata e se desse notícias sobre os resultados das avaliações”.

4º passo: Sistematização dos dados e dos resultados da pesquisa de avaliação

A sistematização dos dados e resultados deve desde a definição e elaboração do projeto, bem como durante e após a execução com o registro de resultados parciais e definitivos. Seria ideal usar um sistema informatizado. A EG ainda não disponibiliza a GERI um sistema para registro das atividades de extensão, uma alternativa seria usar o sistema online SIGPROJ disponibilizado pelo MEC aos IES públicas, que será apresentado na próxima seção. Este registro eletrônico permite a divulgação tanto ao público interno quanto ao público externo, ou seja, favorece maior transparência das ações de extensão desenvolvidas pela GERI e os dos seus resultados. Além disso permite a agilidade na emissão de relatórios gerenciais, maior confiabilidade, centralização de informações, maior segurança e padronização de procedimentos. Registra-se ainda que a diretoria da EG exige o envio semanal de relatório das atividades da GERI, este relatório deve permanecer como apoio no registro de rotinas da gerência e fonte de informações complementar ao sistema informatizado.

5º passo: Socialização de resultados.

Os resultados devem ser divulgados através de seminários e relatório final sobre o projeto. Sugere-se a realização de seminários ao início de cada semestre, direcionados a alunos, professores e técnicos administrativos da Fundação João Pinheiro, para divulgar os projetos os resultados dos projetos de extensão realizados no semestre anterior.

Sugere-se ainda, que sejam p coordenador discente produza um relatório de lições de aprendizagem e resultados para compartilhar com alunos, professor coordenador e para arquivo da própria gerência.

5.3 Caminhos para fortalecer o monitoramento e avaliação de projetos de extensão da Escola de Governo

Uma sistemática de monitoramento e avaliação para os projetos de extensão da Escola de Governo deve seguir as orientações do FORPROEX presente no documento intitulado **Avaliação Nacional de Projetos de Extensão Universitária** apresentado na seção 3.4. Nele, estão apresentadas orientações e diretrizes para a construção de um modelo ideal de avaliação institucional da extensão e apresenta muitas informações que podem subsidiar na construção de uma proposta de sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo. "Foi concebido para que a instituição de ensino superior possa construir sua própria avaliação, organizando as informações relevantes, identificando tendências gerais, conhecendo com profundidade seus processos e analisando o seu plano de extensão" (FORPROEX, 2001, p. 44). **Estudar esse documento**, discuti-lo com a equipe da gerência, identificar quais dos seus aspectos podem ser considerados pela sistemática dadas as especificidades da EG parece ser um caminho relevante a fim de começar a conversa para concepção e adoção da sistemática.

No processo de implantação de uma sistemática de monitoramento e avaliação da extensão na EG seria recomendado discutir a **criação de uma comissão ou colegiado de extensão** para discussões sobre qual é a identidade da extensão, os objetivos que se espera da avaliação, quais são os projetos de extensão desejados pela IES, como inserir na avaliação institucional da IES, a participação de professores e técnico-administrativos em projetos de extensão, quais as mudanças esperadas nos beneficiários dos projetos de extensão, quais são os indicadores qualitativos e quantitativos que devem ser usados na avaliação, como estabelecer mecanismos para integrar o ensino, pesquisa e extensão na EG.

Outra iniciativa que pode contribuir para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão é a **participação em eventos direcionados ao debate sobre a extensão e a sua avaliação**. Sobre esta participação, a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão do FORPROEX (2007, p.3) afirma:

As práticas avaliativas de programas e projetos, contudo, ainda não se capilarizaram por toda a extensão brasileira, o que indica a necessidade premente de se fortalecer [sic] os espaços de debate e troca de experiências entre as instituições com maior experiência na avaliação da extensão e as que se iniciam no tema.

Segundo os entrevistados A e B, existe uma dificuldade de recrutar professores e técnico administrativos para participarem dos projetos de extensão, o que prejudica a coordenação, acompanhamento e avaliação dos mesmos pela GERI. A EG poderia considerar a **valorização da participação de professores nos projetos de extensão**

através, por exemplo, da inserção de quesitos relacionados a isso na avaliação de desempenho anual, regulamentação de carga horária a ser dedicada à extensão e gratificação. Sugere-se montar um banco de dados com informações acadêmicas e profissionais dos professores. A participação de um professor coordenador é fundamental para a estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação, pois permite que a GERI fique responsável pela coordenação geral dos projetos, interlocutor entre alunos e stakeholders envolvidos com a extensão, no planejamento, na geração de informações institucionais da extensão e fique liberado do acompanhamento da execução dos projetos no seu dia a dia. Além disso, parte-se do pressuposto de que o envolvimento de mais professores nos projetos pode fortalecer a coleta de dados e a publicidade dos resultados dos projetos, além de maior orientação aos alunos, elementos fundamentais para a o funcionamento de uma sistemática de monitoramento e avaliação da extensão.

Conforme visto na seção anterior, a GERI não utiliza sistema informatizado de registro e sistematização de dados dos projetos de extensão. O MEC disponibiliza o **Sistema de informação e Gestão de Projetos (Sigproj)** disponível na web gratuitamente às IES públicas para registro on-line de projetos e programas de extensão. O Sigproj tem a proposta de auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a divulgação de projetos de extensão, pesquisa e ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras⁶. A adoção deste sistema permitiria o aprimoramento das informações geradas pelas atividades de extensão, potencializaria a divulgação ao público interno (alunos, professores e técnicos administrativos) e externo da Escola de Governo.

Acredita-se que esses cinco caminhos podem colocar o monitoramento e avaliação das ações de extensão da EG no centro das discussões da GERI, contribuindo com o aperfeiçoamento dessas estratégias gerenciais no setor.

Na próxima seção, apresentam-se as considerações finais desse trabalho.

⁶ Disponível em: < <http://sigproj1.mec.gov.br/> > . Acesso em: dez. 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o ensino, pesquisa e extensão, a última é a que está menos institucionalizada na Escola de Governo.

O avanço e consolidação da extensão universitária na Escola de Governo ainda não terminou e neste processo de institucionalização, alunos, professores e gestores ao longo de décadas fizeram contribuições importantes.

O conceito de extensão adotado pela Escola de Governo não foi estático e único durante este período, no início a extensão era considerada como forma de oferecer cursos e treinamentos para capacitar servidores públicos da administração pública mineira.

Este conceito estava bem distante do conceito que procuro adotar nesta monografia de função acadêmica privilegiada para aproximar estudantes da realidade social e econômica com sua complexidade, contradições e desafios, favorecer a troca de conhecimentos entre estudantes e a sociedade e contribuição importante para a formação acadêmica e cidadã dos alunos.

Em passos mais lentos do que o ensino e a pesquisa para afirmação dentro da Escola de Governo a extensão sofreu transformações e hoje o conceito utilizado está mais próximo do conceito utilizado pelo FORPROEX.

Nesta transformação da extensão dentro da EG temos como marcos importantes a primeira participação no Projeto Rondon, iniciativa de alunos, o projeto Laboratório de Públicas, a criação e obrigatoriedade de realizar Atividades Complementares de Graduação (ACG), a participação em Atividades de Imersão e Conexão, Estatuto da Fundação João Pinheiro e a tentativa de aprovação no ano de 2017 de um documento para normatizar a participação de alunos nos projetos de extensão.

Apesar de reconhecer que há um avanço na institucionalização da extensão na Escola de Governo nos últimos anos ainda não existe um sistema de monitoramento e avaliação formal para avaliar as atividades.

Esta monografia teve como proposta principal fazer um resgate histórico da extensão na Escola de Governo, descrição de alguns projetos executados pela GERI, eventuais práticas de monitoramento e avaliação adotadas para os projetos de extensão nos últimos anos e fazer algumas reflexões sobre a organização de um sistema de monitoramento e avaliação para os projetos de extensão na atualidade.

Estas reflexões foram um grande desafio e oportunidade para contribuir de alguma forma para o avanço do reconhecimento e consolidação da extensão na Escola de Governo.

A proposta de monitoramento e avaliação foi escrita seguindo seis passos: estudo de avaliabilidade do programa; concepção da pesquisa de avaliação e o seu escopo

e foco investigativo; desenho da pesquisa e sua especificação metodológica; condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo; análise da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa; produção do relatório de pesquisa; e disseminação de resultados.

Os caminhos sugeridos para um possível desenho de uma sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão são: padronização da redação dos projetos, concepção da pesquisa de avaliação de cada projeto (com foco em processos, resultados), realização da avaliação (preferencialmente interna), sistematização dos dados e dos resultados da pesquisa de avaliação (através de sistema informatizado) e socialização de resultados (por meio de eventos semestrais e relatórios gerenciais por projeto).

Na construção e debate sobre um sistema de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão é importante conhecer os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Extensão proposto pelo Fórum de Pro Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX).

A adoção dos princípios e diretrizes do Plano Nacional de Extensão vai permitir criar condições para comparações com ações de extensão de outras IES e seguir uma orientação adotada pela maioria das instituições de ensino superior públicas.

No último capítulo sugerem-se caminhos para o fortalecimento da extensão na EG: adoção das diretrizes do FORPROEX, a criação de um colegiado ou comissão para discutir o presente e futuro da extensão dentro da Escola de Governo, a participação regular nos encontros do FORPROEX, inclusão na avaliação institucional da participação de professores nas atividades de extensão e a informatização no registro de dados. Caminhos que podem também contribuir para a construção de uma sistemática de monitoramento e avaliação.

Na definição de uma sistemática para os projetos de extensão oferecidos pela GERI deve-se ter clareza sobre quais são os objetivos esperados com a avaliação, metas que devem ser perseguidas e quais indicadores adequados a cada projeto.

Os projetos possuem uma diversidade e flexibilidade que não permite a definição de metas e indicadores padronizados para todos. Esta diversidade não seria diferente nos projetos oferecidos pela GERI através da Escola de Governo.

Os caminhos para uma sistemática de monitoramento e avaliação aqui apresentados tem como proposta inicial abrir a discussão na Escola de Governo sobre o assunto e ao mesmo tempo oferecer uma sugestão concreta para a sua implantação.

Esta proposta também pode oferecer uma contribuição para a gestão da extensão da Escola de Governo e entender a dinâmica de realização de cada projeto, tendo impacto nas decisões sobre a criação, manutenção ou extinção de projetos ofertados aos alunos.

REFERÊNCIAS

- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Guia para acompanhamento do sus: família Cidadã BH sem miséria*. Belo Horizonte, 2016.
- BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares. Avaliação e monitoramento de projetos sociais. Curitiba : IESDE Brasil S.A, 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 19.851 de 11 abr. 1931. Brasília: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> > . Acesso em: 07 jan. 2017.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 5540* de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1968.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Plano de trabalho da extensão universitária*. Brasília: MEC, 1975. Apud GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez/Autores Associados; Fortaleza: UFC, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.172* de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm > . Acesso em: 15 jan. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > . Acesso em: 07 jan. 2017.
- Campos, F. Exposição de motivos. In: Fávero, M. de L. *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2. ed. Brasília: Plano, 2000. p. 121-158 apud ROTHEN, José Carlos A *Universidade Brasileira segundo o Estatuto de 1931*, s.d. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/11155/mod_resource/content/4/aula%2015.pdf> Acesso em: 15 jan. 2017.
- CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A Extensão Universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. *Revista de Educação da Anhanguera Educacional*, v.10, n.10, 2007. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/view/207/205> > . Acesso em: 15 fev. 2017.
- CHIANCA, Thomaz. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001 apud SILVA, Denise Bianca Maduro; BARBOSA, Valeska Cristina. Avaliação e indicadores da extensão na UFMG. CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, 12, Quito-Ecuador, 2013. *Anais...* Quito: ALEU, 2013.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, jun./dez. 1982.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*: documento final. Brasília, 1987.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Cuiabá, 1993.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Curitiba, 1997.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Curitiba, 1999.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Natal, 1998.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Juventude cidadã*. Belo Horizonte, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Laboratório de políticas públicas*. Belo Horizonte, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Projeto de Credenciamento do Mestrado da Escola de Governo*. Belo Horizonte, [1997].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)*. Belo Horizonte, [1998].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)*. Belo Horizonte, [2007].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)*. Belo Horizonte, [2012].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Proposta de projeto de pesquisa e extensão: Fica Ativo: tecendo alianças e construindo capacidades. Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Site institucional*. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/> >. Acesso em: dez. 2016.

GOODE, William J.; HATT, Paul. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/Autores Associados; Fortaleza: UFC, 1986.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e avaliação de programas sociais*: uma introdução aos conceitos e técnicas. 3. ed. Campinas: Alínea, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 45.670*, de 3 de agosto de 2011. Contém o estatuto da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: ALMG, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Defesa Social. *Fica Vivo!* Belo Horizonte: SEDS, 2013. Disponível em: < <http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-aco-es> >. Acesso em: 23 jan. 2017.

MIRRA, Evandro. A Ciência que sonha e o verso que investiga. São Paulo: Editora Papagaio, 2009 *apud* PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*; v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5> >. Acesso em: 19 jan. 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*; v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5> >. Acesso em: 19 jan. 2017.

Pires, Valdemir et al. (2012). Campo de públicas: campo de formação, pesquisa e atuação profissional que congrega os cursos de graduação em administração pública, gestão pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas e gestão social. Disponível em: < <https://www.campodepublicas.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 19 jan., 2017.

PUCCI, Bruno. A indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. *Impulso*, Piracicaba, SP, p. 33-42, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n.3, p.99-111, maio/jun.1999.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. *Integração: ensino, pesquisa e extensão*, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148- 9, maio 1997 *apud* NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-estar e Sociedade*, Barbacena-MG, v.4, n.7, p. 119-133, jul./dez. 2001. . Disponível em: < <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SOUSA. Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. São Paulo: Alínea, 2010.

TEIXEIRA, Carina Fagundes; MULLER, Felipe Martins. A gestão do processo de execução, acompanhamento e avaliação da extensão universitária em IES públicas. In: CONGRESSO

IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7, 2014, Porto-Portugal. *Publicação...* Porto-Portugal: ANPAE, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/CarinaFag:undesTeixeira_GT2_integral.pdf > Acesso em: 21 mar. 2017.

TOALDO, Olindo Antonio. *Extensão universitária: a dimensão humana da universidade*. Santa Maria: UFSM, 1977.

UNESCO. *Guia para monitoramento e avaliação de projetos baseados em comunidades*. Paris: UNESCO, 2009

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS GESTOR E TÉCNICO

I – Para você o que é extensão universitária? Qual a sua importância na formação do aluno da Escola de Governo?

II - Como é a sistemática de formulação dos projetos de extensão na GERI? Que elementos/questões são levadas em conta nesse momento? Há participação de outros grupos sociais ou órgãos públicos nesse processo? (Especificidades da extensão da EG e do CSAP).

III – Os projetos de extensão são construídos seguindo as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária divulgada pelo FORPROEX?

IV - Como é feita a escolha dos alunos para participar dos projetos de extensão?

V – Como é a relação entre a extensão e o ensino e a pesquisa na Escola de Governo?

VI - Que ações a EG realiza para potencializar a extensão como atividade acadêmica de destaque?

VII - Quais são os mecanismos ou a sistemática que a GERI utiliza para monitorar os projetos (indicadores, reuniões de feedback, publicização de resultados)? Quem é responsável por realiza-lo?

VIII – Como você avalia a sistemática de monitoramento atual?

IX – O que pode melhorar na sistemática de monitoramento atual?

X – Quais as dificuldades de implantar\manter uma sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão? Como elas podem ser superadas?

XII – Qual deveria ser o desenho ideal de sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão da GERI com relação ao: tipo de avaliação; dinâmica da avaliação (quem define, quem fica responsável; fluxos de trabalho – inserção do M&A na rotina da GERI).

XIII – Quais os desafios que a GERI enfrenta para a sustentabilidade da extensão universitária na Escola de Governo

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS GESTOR E TÉCNICO

I - Para você o que é extensão universitária? Qual a sua importância na formação do aluno da Escola de Governo?

II – Como os projetos de extensão são avaliados pelos alunos da EG? Em que medida eles atendem as expectativas acadêmicas e profissionais dos alunos do CSAP?

III – Qual é o seu papel/função no Projeto de Extensão _____? Quais são as suas atribuições? Como funciona seu dia a dia de trabalho no Projeto?

IV –Quais são as dificuldades que você encontra/encontrou na função que exerce no Projeto _____?

V – Como a equipe do projeto _____ está organizada? Quais são as atribuições de cada membro da equipe? Como funciona o dia a dia de trabalho da equipe no Projeto?

VI - Quais são os mecanismos ou a sistemática que você e sua equipe utilizam para monitorar o projeto _____? (indicadores, reuniões de feedback, publicização de resultados)? Quem é responsável por realiza-lo?

VII - Como você avalia a sistemática de monitoramento atual? Ela é suficiente? Adequada?

VIII - O que pode melhorar na sistemática de monitoramento atual?

IX - Qual deveria ser o desenho ideal de sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de extensão da GERI com relação ao: tipo de avaliação; dinâmica da avaliação (quem define, quem fica responsável; fluxos de trabalho – inserção do M&A na rotina da GERI).

X – O que você acredita que pode melhorar em relação aos projetos de extensão oferecidos pela GERI?